



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### Seção II

ANO XXVIII — Nº 7

SEXTA-FEIRA, 16 DE MARÇO DE 1973

BRASÍLIA — DF

## CONGRESSO NACIONAL

### PARECER Nº 1, de 1973 (CN)

Da Comissão Mista, sobre a Mensagem nº 70, de 1972 (Mensagem nº 383/72 na Presidência da República), do Senhor Presidente da República, submetendo à elevada deliberação do Congresso Nacional, o texto do Decreto-lei nº 1.247, de 24 de novembro de 1972, que "autoriza o Tesouro Nacional a subscrever aumento de capital do Banco do Brasil S/A e dá outras providências".

Relator: Deputado Carlos Alberto de Oliveira

Com mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, é submetido à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.247, de 24 de novembro de 1972, publicado no Diário Oficial da mesma data.

2. A finalidade do referido diploma é conceder a necessária autorização para que o Tesouro Nacional possa promover a subscrição, até o limite de Cr\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de cruzeiros), no aumento do capital do Banco do Brasil S/A, aprovado pela assembléia geral dos acionistas daquela instituição financeira.

3. Justificando a medida, o Senhor Ministro de Estado da Fazenda na exposição de motivos salienta: (fl. 02)

"A atualização do capital social do Banco do Brasil S/A é medida imperiosa, em razão do aumento de sua rede de agências e a expansão de suas representações no exterior, proporcionando um acentuado incremento de seus depósitos, e, em consequência, de suas aplicações."

4. Realmente, a fase de expansão por que passa atualmente o Banco do Brasil S/A., decorrente do crescimento econômico nacional, recomenda providências capazes de assegurar a continuidade da sólida estrutura financeira daquele Banco, representada pela manutenção de uma adequada relação entre os recursos alheios e próprios, aplicados em seu ativo.

5. Sendo a medida, objeto da proposição ora em análise por esta Comissão Mista, uma providência dessa natureza, nos parece do maior acerto e oportunidade a edição de Decreto-lei, já que a necessidade de integralizar totalmente a subscrição, ainda no exercício de 1972, justifica a urgência de que faz referência o art. 55 da Constituição, a fim de garantir, ao Tesouro Nacional, não só o exercício do direito de preferência que lhe é assegurado, senão também subscrever as ações que deixarem de ser tomadas pelos demais acionistas.

6. Por outro lado, a abertura de crédito especial, a fim de atender à despesa, conforme estabelece o art. 2º do Decreto-lei, está perfeitamente de acordo com as normas do Direito Financeiro vigentes, indicadas as devidas fontes de recursos na forma do art. 4º.

7. Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Decreto-lei nº 1.247, de 24 de novembro de 1972, na forma do seguinte:

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1973 (CN)

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.247, de 24 de novembro de 1972.

#### O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.247, de 24 de novembro de 1972, que "autoriza o Tesouro Nacional a subscrever aumento do capital do Banco do Brasil S/A e dá outras providências.  
É o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de março de 1973. — Senador Cattete Pinheiro, Presidente — Deputado Carlos Alberto de Oliveira, Relator — Senador Benjamin Farah — Senador Eurico Rezende — Senador Saldanha Derzi — Deputado Sinval Guazelli — Deputado Antonio Mariz — Deputado Italo Conti — Senador Mattos Leão — Deputado Rogério Rego — Deputado Osmar Leitão — Senador Heitor Dias — Senador Tarso Dutra.

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO DA ATA DA 5ª SESSÃO, EM 15 DE MARÇO DE 1973

#### 1 — ABERTURA

#### 2 — EXPEDIENTE

#### 2.1 — Discursos do Expediente

SENADOR ORLANDO ZANCANER — Considerações sobre o tema — Educação Nacional. Criação de instituição universitária no Estado do Ceará, pelo industrial Edson Queiroz.

SENADOR RUY CARNEIRO — Feitos do General João da Silva Tavares no transcurso do 101º aniversário de seu falecimento.

SENADOR DANIEL KRIEGER — Jubileu de ouro das atividades jornalísticas do Senador Danton Jobim.

SENADOR FRANCO MONTORO — Agradecimento, em nome do MDB, à homenagem prestada ao Senador Danton Jobim pelo seu antecessor na tribuna. Posição do MDB para o encontro de

## EXPEDIENTE

### CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA  
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES  
Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA  
Chefe da Divisão Administrativa

ÉLIO BUANI  
Chefe da Divisão Industrial

### DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

#### Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

#### ASSINATURAS

##### Via Superfície

Semestre ..... Cr\$ 20,00  
Ano ..... Cr\$ 40,00

##### Via Aérea:

Semestre ..... Cr\$ 40,00  
Ano ..... Cr\$ 80,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido  
de Cr\$ 0,02)

Tiragem: 15.000 exemplares

fórmulas democráticas que assegurem ao Governo e à Nação a defesa contra os inimigos da Democracia.

#### 2.2 — Comunicação da Presidência

Fixação de calendário para realização de sessões do Congresso, com Ordem do Dia que especifica.

#### 3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 55/72 (nº 373-B/72, na origem), que define, para fins de previdência social, a atividade de Auxiliar de Condutor Autônomo de Veículo Rodoviário, e dá outras providências. **Discussão encerrada**, após leitura de emenda substitutiva. Às Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.

— Parecer nº 582/72, da Comissão de Finanças, sobre as contas da Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS, relativas ao exercício de 1966, encaminhadas ao Senado através do Projeto de Decreto Legislativo nº 26/72 (nº 75-A/72, na Câmara. **Aprovado**, sendo arquivada a matéria.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 26/72 (nº 75-A/72, na Câmara), que aprova as contas da Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS, relativas ao exercício de 1966. **Declarado prejudicado**. Ao Arquivo.

#### 4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR LEANDRO MACIEL — Atuação da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais na concorrência para exploração dos minérios sergipanos. Estabelecimento de porto tecnicamente conveniente ao escoamento da produção de potássio de Sergipe.

SENADOR GUIDO MONDIN — Manifestação de pesar pelo falecimento de Joraci Camargo.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — 25 anos de atividades da Companhia Hidrelétrica do São Francisco — CHESF.

**5 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão. Encerramento.**

## ATA DA 5ª SESSÃO. EM 15 DE MARÇO DE 1973

### 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 7ª Legislatura

#### PRESIDÊNCIA DOS SENHORES FILINTO MÜLLER E PAULO TÔRRES

Às 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — José Lindoso — Renato Franco — Clodomir Millet — Petrônio Portella — Helvídio Nunes — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Duarte Filho — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Luiz Cavalcante — Augusto Franco — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — Paulo Tôrres — José Augusto — Orlando Zancaner — Benedito Ferreira — Emival Caiado — Fernando Corrêa — Filinto

Müller — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Mattos Leão — Ney Braga — Daniel Krieger — Guido Mondin — Tarso Dutra.

**O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller)** — A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Não há expediente a ser lido.

Há oradores inscritos. Concedo a palavra ao primeiro deles, o Senador Orlando Zancaner.

**O SR. ORLANDO ZANCANER (Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores, pretendo abordar, nesta tribuna, um dos mais sérios e controvertidos temas da atualidade brasileira, onde respigam teses e se avolumam teorias, de economistas, demógrafos e enciclopedistas, todos perseguindo a análise e propondo soluções válidas, dentro da problemática nacional, que é a educação.

Problema geral e dos mais sérios, vai desde a necessidade da escolarização universal primária à **eficiência** do estudo em todos os

seus graus, inclusive o universitário, com vistas, não mais à posição social do formando, mas, ao aproveitamento efetivo do extrato científico e cultural no processo de desenvolvimento nacional e no humanismo indispensável à estratificação da consciência do povo como força integrante da nacionalidade.

Fernando de Azevedo identifica a fonte coimbrã como a origem da predominância, entre nós, dos estudos literários e a preferência pelas ciências abstratas, enquanto que outros países do hemisfério norte, concentravam o ensino escolar no campo das ciências práticas, da tecnologia e da pesquisa científica. Realmente, o termo usado pelo grande sociólogo, "literário profissional", quando da publicação de sua monumental obra em 1943, marca, ainda, um traço específico da média escolaridade brasileira e até 1964, foi prevalente na identificação do produto do sistema cultural brasileiro, onde as grandes ausências se fizeram sentir sempre no campo técnico-científico.

Até há pouco mais de duas décadas, as escolas brasileiras, sobretudo o grau universi-

tário, eram reservadas para conferir um *status* social à sua pequena clientela, ressentindo-se de uma abertura democrática, de molde a evitar os famosos excedentes, esses verdadeiros marginalizados do processo cultural brasileiro e a possibilitar uma nova formulação no ensino, a fim de substituir o mero posicionamento social pela inserção do ensino no processo de desenvolvimento nacional. Daí a necessidade imperiosa da universalização do ensino primário, para adultos e crianças, e para atender à taxa de crescimento demográfico e vegetativo da população brasileira, orçada em média anual de 3%, e, pois, reclamando um programa realista, tendo em vista a complexidade da vida continental brasileira e suas peculiaridades regionais. A síntese dessa problemática que nos afligiu até 1964, encontramos vazada no estudo dedicado por Jayme de Abreu aos Problemas Educacionais Brasileiros, assim expressa:

"Erudição, ilustração e não eficiência eram os supremos valores a realizar por essa escola. Para atribuição da etiqueta social distintiva com que a escola agraciava sua clientela privilegiada, era natural e mesmo lógico prevalecessem os chamados estudos desinteressados, ornamentais, especulativos, de ilustração, como aqueles proporcionados pelas belas letras e belas artes. O espírito dessa escola que guardava correspondência com o estilo de vida da elite social a que se destinava no estágio sócio-cultural em que então vivíamos, prolongou-se, todavia, por inércia cultural da escola, até o nosso tempo de ciência e de técnica, constituindo, assim, flagrante anacronismo, representando caso típico de demora cultural da escola em relação às mudanças qualitativas processadas e em curso em nossa estrutura social, passando de uma sociedade de estrutura agrário-patrimonialista para uma sociedade pré-industrial de classes."

Por outra parte, em 1964, quando se fez o movimento revolucionário, as estatísticas do Censo Escolar daquele ano davam conta de uma série de defeitos e problemas na escolaridade primária, dentre outros, a baixa retenção escolar; a ausência de docência qualificada, orçada em apenas 55%; sistemas obsoletos de verificação do rendimento escolar; instalações e equipamentos precários, sobretudo no meio rural; remuneração insuficiente do magistério, notadamente o particular; período de duração de escolarização primária insuficiente; programas deficientes na relação entre o tempo, o conteúdo e a oportunidade de ministrá-los. A esscolarização primária dos adultos, a esse tempo, ressentia-se do principal defeito de ser ministrada sem continuidade e de achar-se banida do planejamento geral do ensino.

Igualmente, o ensino médio trazia defeitos originais e quase insuperáveis, apesar de alguns estarem corrigidos pela Lei de Diretrizes e Bases. Dentre eles, a baixa retenção escolar entre o 1º e o 4º ano, estimada em apenas 40%, que somada à insuficiência quantitativa, isto é, apenas 20% dos jovens

na idade desse ensino estavam matriculados e ao fato de cerca de 40% dos municípios brasileiros não possuírem qualquer estabelecimento desse gênero, colocavam o Brasil atrás do Uruguai, da Argentina e do Chile, apenas para referir países da América Latina. Os estabelecimentos existentes, todavia, resentiam-se de equipamentos, máxime para o ensino da ciência, apresentando, em maioria, material pedagógico e processos didáticos falhos, somando-se tais dificuldades à insuficiente docência qualificada pelas Faculdades de Filosofia que, a esse tempo, representavam apenas 30% do magistério admitido.

O ensino universitário, por sua vez, entre nós, até o surto revolucionário constituía uma torre de marfim, inatingível para a camada extensa da baixa classe média e para os jovens das famílias da classe obreira. Quantitativamente, apenas 2% dos jovens da faixa etária correspondente frequentava os bancos universitários. Por outra parte, os técnicos em nível superior vinham distribuídos em cursos onde se verificava que a demanda da vida pré-industrial ora reclamava maior quantidade ora menos, tratando-se de distribuição, portanto, defeituosa. O bacharelismo, por sua vez, liderava largamente a procura dos jovens à Universidade. Retirava-se, pois, do ensino superior a abundância do desnecessário e escassez onde se pedia abundância. Além desses defeitos de uma universidade que não acompanhava as mudanças da estrutura sócio-econômica apontada, somavam-se outras que vinham de influir no rendimento e na eficiência do ensino com vistas à maior ou menor inserção dos formandos no processo desenvolvimentista nacional, tais como o não aparelhamento das unidades de ensino existentes em detrimento de novas e isoladas unidades, a ausência de planejamentos globais e regionais, a estrutura interna das unidades sob o crivo de compartimentos estanques e submissos a cátedras irremovíveis, o anacronismo administrativo e o distanciamento quer do Poder Público, quer das entidades industriais, numa defasagem total entre a realidade emergente das transformações sócio-econômicas e o conteúdo dos programas e cursos de pós-graduação.

Toda essa intrincada e complexa rede educacional, inchada de problemas, alguns dos quais, por importantes, que pusemos em destaque, a Revolução teve de enfrentar a partir do movimento de 1964.

E o fez dentro de uma política de corajosas opções.

Aliás, o saudoso Presidente Costa e Silva, conforme discurso do então Ministro Magalhães Pinto, percebera, com acuidade e clareza, a necessidade de convocar todas as forças nacionais para fazer o Brasil, superando o movimento industrial pertinente ao Século XIX, penetrar na era Atômico-Espacial. Disse o Ministro em discurso proferido no Itamarati, entre outras observações, a seguinte:

"Em seu discurso de 5 de abril no Itamarati, em Brasília, o Presidente Costa e Silva conclamou os brasileiros no esforço gigantesco de completar acelerada-

mente a Revolução Industrial do Século XIX, se não quisermos ter o Brasil irremediavelmente atrasado na Revolução Tecnológica de nossos dias, se não quisermos vê-lo reduzido paulatinamente à condição de mero importador de técnicas alheias, eterno pagador de "royalties", sujeito finalmente a uma nova espécie de subordinação — O Colonato da Era Atômica-Espacial. O quadro não é exagerado e já se delinea no mundo. Os desenvolvidos se distanciam cada vez mais dos subdesenvolvidos. A própria estrutura jurídica internacional começa a refletir certas tendências no sentido da consagração dessas diferenças crescentes, entre grandes e pequenas potências. Entre países que dispõem da tecnologia, dominam o átomo, conquistam o espaço, progridem em progridem em aceleração geométrica e, de outro lado, países que mal avançam, usando técnicas roncadas, num subdesenvolvimento relativo que se agrava de ano para ano.

"O imenso esforço que o Brasil de nós requer apresenta, pois, duas linhas de ação. Externamente é preciso resistir — e resistir com firmeza — a todas as tentativas de institucionalização sob formas jurídicas, em tratados internacionais, dessa nossa presente minoridade econômica e tecnológica. Internamente, cumprir assimilar com rapidez as técnicas mais avançadas, dominar as mais recentes fontes de energia e colocá-las, no mais curto prazo, a serviço da industrialização que ainda não conseguimos completar. Estamos numa corrida contra o tempo. Desenvolver não pode mais significar apenas "crescer". Deve ser sinônimo de queimar etapas de progresso. E o esforço interno terá, necessariamente, de conjugar-se com o externo. Um justifica, impulsiona e garante o outro. Um sem o outro faz o Brasil andar à roda."

Ora, para que a política do Governo da Revolução se fizesse integral em todos os setores vitais do desenvolvimento para que o Brasil pudesse queimar etapas da industrialização relativa ao movimento industrial do século passado e ingressar na corrente do século atual, sem dúvida, seria preciso equacionar uma sistemática educacional capaz de funcionar como autêntico *background* e sustentáculo dessa corrida, dando a infraestrutura cultural, científica e técnica indispensáveis à complementação do ciclo econômico em que vivemos, isto é, o da diversificação das riquezas através do surto industrial.

Tarefa realmente ciclópica teve de enfrentar a Revolução desde os primórdios de sua administração. A primeira medida concreta deveria, certamente, voltar-se para a erradicação dos altos níveis do analfabetismo, nódoa que manchoa sempre a vida cultural brasileira. Criou-se o MOBRAL, atento o Governo, a um dos defeitos da alfabetização, sobretudo para as massas adultas, que eram atingidas por movimentos esparsos até então. O MOBRAL fixou linhas de continuidade efetiva, segundo programação sistemática e planejamento, de sorte a recolher para a vida cultural e escolar imenso contingente

de brasileiros até ali marginalizados do processo e por isso mesmo constituindo recursos humanos de baixa categoria e eficiência nos lineamentos globais do desenvolvimento nacional. Por outra parte, iniciava o Governo ampla política de democratização da escola brasileira, em todos os escalões. Pois, além da preocupação quanto à escolaridade de grau primário, timbrava em política desassomburada no sentido de criar novas escolas, aumentar as salas de aula, diminuir sua capacidade ociosa, sobretudo no ensino de grau médio, com vistas, inclusive à formação dos profissionais de nível médio exigíveis para a concretização do desenvolvimento industrial ansiosamente buscado. E o foi realizando corajosamente. Assim é que, em 1970, o Ministério da Educação e Cultura dispendia Cr\$ 1.118.075.049,00 importância que corresponde a 5% do Produto Interno Bruto, fato virgem em nossa História, isto é, numa posição de absoluta prioridade em relação às verbas dos demais Ministérios.

E a sistemática prossegue inflexível. O Governo voltou-se para o âmbito universitário, criando todas as condições para evitar os chamados excedentes, não só amparando as unidades isoladas, como autorizando a criação de inúmeras outras, e aparelhando as Universidades. Nesse esforço hercúleo do Governo, desponta como fator principal a clarividência, o conhecimento da realidade brasileira e a realização de um esquema a longo prazo, de efeitos sequer suspeitados, devidos ao Ministro Jarbas Passarinho. Recentemente, o Governo promulgou lei de reforma do ensino, exatamente aos 11 de agosto de 1971, unificando os cursos primário e secundário num único ciclo e paralelamente criando outro ciclo complementar. O traço específico da reforma está na flexibilidade dos programas, com um mínimo de matérias obrigatórias ao lado de diversificação de disciplinas segundo as necessidades e características das regiões brasileiras. Esse novo sistema também prevê atividades voltadas para o trabalho e o aperfeiçoamento dos professores. Visa o Ministro Jarbas Passarinho, por igual, a intensificação dos "Ginásios orientados para o Trabalho" que preparam alunos para o exercício profissional. A meta inicial do Ministério foi a implantação de 280 desses educandários. Também em nível de ensino médio e primário três entidades importantes dão sua contribuição — o SENAI, o SENAC e a ABCAR. Revela-se, ainda, o Ministro, cioso na formação de técnicos, pois, nas Escolas Técnicas Federais, mantidas pelo Ministério da Educação, são ministrados cursos de Eletrotécnica, Química, Eletrônica, Mecânica para um total de cerca de 40.000 estudantes.

Dessarte, o Ministro Jarbas Passarinho reflete, pela ação de seu Ministério, a ação do Governo no setor educacional do Brasil, a fim de aparelhar o homem e o jovem brasileiros do instrumental científico e técnico indispensáveis ao empunche da industrialização integral do Brasil, num esforço conjugado de Poder Público e povo, como jamais se viu ao longo de toda a História do País.

Essa obra meritória do Governo só é possível, em realidade, através da compreensão

e colaboração efetivas do setor privado. E este atendeu cêlere e eficazmente ao chamado do Poder Público, instalando em tempo record um contingente apreciável de escolas de nível médio e nível superior e constituindo as unidades universitárias.

A retaguarda do Ministro, por outro lado, também é integrada por homens de prol na vida educacional do País. Assim, no meu Estado, destaco duas figuras ímpares de homens votados à causa da educação e às causas públicas: O Magnífico Reitor Miguel Reale, da Universidade de São Paulo, e o Professor Zeferino Vaz, da Universidade de Campinas.

Miguel Reale, Sr. Presidente, fez da sua Reitoria um autêntico sacerdócio. Deu estrutura definitiva à Universidade, quer do ponto de vista de sua organicidade, como também soube dotá-la das verbas indispensáveis ao seu crescente aprimoramento científico e ao aumento do **campus universitário**. Zeferino Vaz constitui bandeira autêntica da vida universitária paulista, integrado há anos na sua problemática e na formação de escolas de nível superior, instalando, dentre outras, a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, uma das modelares dentre as congêneres da América Latina e, agora, dando nova dimensão à Universidade de Campinas.

No Rio Grande do Sul, Sr. Presidente, outro exemplo precisa ser lembrado, o do Magnífico Reitor da Universidade de Santa Maria, Professor Mariano da Rocha, sua atuação biparte-se entre a Universidade e o Conselho Federal de Educação, persistindo na tese da crescente democratização da escola gaúcha e no aprimoramento de seu sistema universitário.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, uma das fortes razões que me impeliram a esta tribuna, foi o exemplo magnífico e ímpar na história cultural deste País, ministrado pelo industrial Edson Queiroz, no Estado do Ceará. Com apenas 45 anos de idade, quando a meta de todo o empresário é fortalecer e expandir seu complexo industrial, este valoroso e lúcido concidadão, que não teve a ventura da ilustração universitária mas compunha, como muitos, a extensa legião dos marginalizados do ensino superior, destaca nove bilhões antigos de cruzeiros, separa-os de seu patrimônio, e os destina à constituição de uma Universidade em sua terra unicamente com a finalidade primordial de recolher para as suas unidades a mocidade cearense que não teria a oportunidade de frequentar escolas de nível superior. Na História da Nação brasileira, não conheço exemplo mais dignificante.

Gestos dessa natureza fazem crer na Nação e na perspectiva de autenticidade da realidade brasileira. Edson Queiroz, neste mês de março, no Ceará, dá continuidade ao esforço do Brasil através do início dos cursos universitários que acaba de instalar. É, portanto, o primeiro propulsor da equação: iniciativa privada, Poder Público e universidade.

**O Sr. Waldemar Alcântara** — Permite V. Exa. um aparte?

**O SR. ORLANDO ZANCANER** - Com prazer, nobre colega.

**O Sr. Waldemar Alcântara** — V. Exa. aludiu à iniciativa de um jovem e bem sucedido industrial e empresário cearense, que sentiu a importância de nove bilhões de cruzeiros para instituir uma universidade. Cabe a mim agradecer a referência que V. Exa. faz ao industrial Edson Queiroz e, ao mesmo tempo, salientar o sentido da Universidade em questão. Edson Queiroz, como V. Exa. disse, não fez estudos superiores, mas é um industrial realmente inteligente, e acaba de dar exemplo que devia vingar nos meios empresariais. A Universidade de Fortaleza foge um pouco da universidade convencional brasileira, e se adapta perfeitamente ao sentido da reforma universitária implantada pelo Ministro Jarbas Passarinho, que é dar formação profissional, conforme a região está a precisar. Engenheiro operacional, por exemplo, a qualquer momento disporá de trabalho, pois o mercado de trabalho é ávido por este profissional, que a Universidade de Fortaleza vai formar. Devo dizer a V. Exa. que a universidade já realizou o seu primeiro vestibular, preencheu todos os seus cursos, e começará a funcionar no próximo dia 21, quando ali o Ministro Jarbas Passarinho irá proferir a aula inaugural. A iniciativa é, realmente, do mais alto sentido para o estágio de desenvolvimento em que nos encontramos, sobretudo no Nordeste, onde abundam profissionais diplomados pelas escolas federais, mas não necessariamente o profissional de que o Nordeste está a precisar. Muito obrigado a V. Exa.

**O SR. ORLANDO ZANCANER** — Fico muito grato a V. Exa., nobre Senador Waldemar Alcântara.

Pela primeira vez, no país, coube a um homem que não tem o curso Universitário lançar a idéia que me pareceu mais importante para o nosso desenvolvimento tecnológico, ou seja, a idéia de vincular o Poder Público à Universidade e à empresa privada.

Só assim, evidentemente, conseguiremos dar atendimento à demanda de técnicos de que tanto necessitam as indústrias nacionais.

Nesse ato inédito ministra ao Brasil um exemplo e uma lição de sabedoria. A exemplo do que existe em outras nações, ditas desenvolvidas, onde a indústria vai à Universidade dizer-lhe o que precisa e esta ao Poder Público para haver os recursos indispensáveis à instalação dos cursos necessários que preparam os técnicos indispensáveis para a primeira, que lhe dá parte desses recursos porque se forra do restante na iniciativa privada, Edson Queiroz se adianta e dá sozinho ao Ceará, nas duas dimensões de seu Estado, a pública e a particular, uma instituição universitária que servirá a ambas, e, por isso mesmo, servirá ao Brasil nesse esforço de queimar etapas do desenvolvimento industrial e ingressar na era do Atômico e do Espaço.

Se o exemplo frutificar, e se os empresários compreenderem que suas empresas devem estar em estritas conexão com as Universidades, teremos conseguido vencer a corrida contra o tempo, a que tão claramente se referiu a fala ministerial do Chanceler brasileiro nos idos de 1967.

Quero, portanto, louvar publicamente a obra meritória do Ministro Jarbas Passarinho, à frente do difícil Ministério que dirige, para dizer a S. Exa. que conta com a colaboração de não apenas ilustres educadores deste País, como os que fiz menção expressa dentre outros tão capazes e abnegados, mas, ainda, da iniciativa privada que dá mostras de sua compreensão e patriotismo através do gesto paradigma de Edson Queiroz. **(Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas.)**

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Ruy Carneiro.

**O SR. RUY CARNEIRO (Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senado iniciou, esta semana, os seus trabalhos, rendendo justas e expressivas homenagens às nossas grandes figuras do passado.

Ontem assistimos, maravilhados, aos belos discursos dos eminentes Senadores Ruy Santos, Nelson Carneiro e Heitor Dias, na Sessão Especial consagrada a homenagear a passagem do quinquagésimo aniversário da morte do egrégio Ruy Barbosa, defensor máximo da Democracia.

Hoje, a Paraíba fará, através da modesta oração que estou pronunciando, uma homenagem afetiva ao Rio Grande do Sul, focalizando os feitos de uma das suas maiores figuras do passado, que foi o General João da Silva Tavares.

Este meu pronunciamento também o faço em homenagem a ilustres companheiros da Liga da Defesa Nacional, em cujos quadros, com muita honra, ingressei em 1971, por proposta do eminente amigo, General Panteão da Silva Pessoa.

Dentre esses companheiros, quero destacar o Dr. Álvaro Tavares de Souza, ilustre descendente do homenageado e o meu dileto amigo, Dr. Elias Grego, notável médico no Rio de Janeiro, tesoureiro da Liga, ex-deputado pelo Estado do Rio de Janeiro, que tanto me motivou para que este discurso fosse feito.

Sr. Presidente, Senhores Senadores. Desejo, neste 15 de março, lembrar aos componentes desta Casa o nome de um dos mais ilustres varões da nossa Pátria, cujo nascimento se verificou nesta data, mas no ano já hoje remoto de 1970, e o centenário de morte se comemorou no ano passado, pois fechou olhos a 28 de março de 1872, na idade bíblica de 82 anos.

Refiro-me ao Coronel João da Silva Tavares, Barão e depois Visconde de Cerro Alegre, duas vezes Grande do Império, que veio à luz no Herval, no Rio Grande do Sul e se finou em Bagé, deixando a todos os brasileiros o exemplo de uma grande vida, ilustre como soldado e ilustre como político, cidadão prestante e grande patriota, cujos feitos a história guardou para a posteridade.

Membro de uma brilhante estirpe, que ilustrou e multiplicou com os filhos que deu à Pátria, pertenceu o Coronel João da Silva Tavares àquela geração de lutadores da fronteira gaúcha, que, na paz, pastoreavam rebanhos, e na guerra, eram dos primeiros a apresentar-se, muitas vezes com tropa for-

mada com os seus próprios recursos, e que souberam defender com a espada a terra que cultivavam com o arado. Eram chefes em torno dos quais se reunia a grei para as lides em comum. Daí, o amor que tinham à vida militar, pois todos eram, obrigatoriamente, soldados.

Foi assim que João da Silva Tavares, filho de estancieiro — e ele mesmo futuro estancieiro — já aos 14 anos abandonou as comodidades da casa paterna para sentar praça como voluntário (naqueles tempos heróicos, tais coisas eram possíveis!) em um Corpo de 2a Linha, às ordens do Tenente-General Carlos Frederico Lecór, Visconde de Laguna.

Engajado na tropa, atravessou muitas vezes a fronteira, nas companhas do Sul, que marcaram o primeiro meio-século da nossa vida como nação independente, e mesmo antes do Sete de Setembro, pois nelas esteve empenhado, de 1810 a 1825. Tomou parte no assalto e conquista de Montevideu, em 1817, e esteve de armas nas mãos no combate de Taquarém, a 22 de janeiro de 1820, no qual, o general e herói uruguaio, José Artigas, foi definitivamente batido, indo, depois, pedir asilo ao Dr. Francia, no Paraguai.

Naquelas campanhas, subiu de simples praça de prêta a capitão. Restabelecida a paz, foi comandar a Companhia e o Distrito Militar do Herval, sua terra natal, onde restaurou a ordem alterada pela guerra, limpando a campanha dos malfetores que sempre aparecem em tais épocas.

Aqui, começa a segunda fase de sua vida, dedicada à política, e que haveria de envolvê-lo na guerra civil, consequente à proclamação da República dos Farrapos, que avassalou o Rio Grande, durante dez anos.

Era João da Silva Tavares, como a maioria dos homens de fronteira, um chefe liberal por instinto, mas também, por imposição da psicologia da mesma fronteira, um ardente patriota. Daí que, naturalmente, se arrematou como um dos membros eminentes do Partido Liberal, em franca oposição ao Governo Central do Império, onde dominava o Partido Conservador ou "Caramura".

Eram, então, profundas as mágoas da Província contra o Governo Central, pois se julgava abandonada. Em virtude das circunstâncias então existentes, os liberais estavam, porém, divididos em duas correntes, não muito bem delimitadas: uma que exigia, apenas, melhor tratamento para a Província e maior consideração pelos seus interesses; e outra que pensava na proclamação da República, na independência ou, quando menos, em uma federação ou confederação com as outras províncias do Império.

João da Silva Tavares pertencia à primeira. E quando os acontecimentos se precipitaram e a conspiração se iniciou, ele, a despeito de insistentemente solicitado, não deixou dúvida alguma aos amigos sobre a sua futura atitude. O chefe do movimento, Bento Gonçalves, de quem era compadre e amigo visitou-o em sua estância, e empregou o melhor da sua dialética para convencê-lo; não o conseguindo, porém. A sua resposta

foi terminante: "Amigo Bento, a minha lealdade faz com que eu guarde segredo, porém, fique sabendo que, declarada a revolução, serei dos primeiros a combatê-la; minha espada será desembainhada em defesa e garantia das instituições que nos regem". E assim ficou fiel ao Império e à monarquia, por toda a vida.

É que João da Silva Tavares sabia dos meritos dos nossos vizinhos do Prata no sentido de apoiar uma República no Rio Grande que lhes abrisse a possibilidade — sonhada pelos "Unionistas" — portenhos — de reconstruir o antigo Vice-Reinado do Prata, adicionando-lhe possivelmente, talvez na forma inicial de uma confederação, a terra gaúcha brasileira. Quem lhe dissera fora o próprio Lavalley, o heróico chefe uruguaio dos "33", que, em junho de 1832, o visitara, com o propósito de convertê-lo para a causa. E ele, por sua vez, nunca deixou de alertar os seus companheiros liberais para que "no afã de desoprimir a terra natal, se não deixassem seduzir pelo canto da sereia". São estas as palavras de Dr. Álvaro Tavares de Souza, na biografia que escreveu daquele Grande do Império.

De resto, as coisas ficaram muito claras já no fim da luta, quando, depois de muitos governadores sem prestígio e sem ação, foi aquele posto, com o de comandante das tropas imperiais, entregue ao General Luiz Alves de Lima e Silva, já então Barão de Caxias e a quem a História daria o título de "Pacificador".

**O Sr. José Lindoso** — Permite V. Exa. um aparte?

**O SR. RUY CARNEIRO** — Com prazer, Senador.

**O Sr. José Lindoso** — Ouvimos a evocação que V. Exa. faz, nesta tarde, do Coronel João da Silva Tavares, o Barão do Cerro Alegre, um dos homens representativos da estirpe de heróis da nossa raça. V. Exa.; ao iniciar a homenagem, declarou que falava em nome da Paraíba. Pedimos a V. Exa. que fale em nome do Senado, da Bancada da Maioria, na evocação dessa figura extraordinária de herói, exemplo, portanto, para as novas gerações, e guerreiro maior na nacionalidade.

**O SR. RUY CARNEIRO** — Agradeço o aparte do eminente Vice-Líder do Governo, Senador José Lindoso, representante do Amazonas e que, na qualidade de Líder, me traz a alegria de ver que, nesta homenagem feita àquele grande filho do Rio Grande do Sul, poderei falar também em nome do Senado.

Realmente, falava apenas em nome da Paraíba, numa atitude afetiva para com o Rio Grande do Sul. Agora, porém, sinto-me honrado em fazê-lo também em nome da Casa, autorizado pela liderança da Maioria.

**O Sr. José Lindoso** — Autoridade V. Exa. sempre tem, sempre tem autoridade para falar nos assuntos de maior interesse de nossa Pátria.

**O SR. RUY CARNEIRO** — Agradeço mais esta delicadeza do Senador José Lindoso.

**O Sr. Benjamim Farah** — Permite-me V. Exa. um aparte?

**O SR. RUY CARNEIRO** — Ouço com prazer o nobre Senador.

**O Sr. Benjamim Farah** — Ouvi V. Exa. dizer que estava falando em nome da Paraíba. Eu estava aguardando uma oportunidade para dizer que V. Exa. está falando também em nome da nossa Bancada. E o nobre Senador José Lindoso disse que V. Exa. fala em nome do Senado. Na verdade, V. Exa. fala em nome do Senado, porque está falando em nome das duas Bancadas. O nobre colega evoca, nesta hora, o nome de um grande soldado, João da Silva Tavares, o Barão de Cerro Alegre; e está fazendo desfilar outros nomes de heróis que engrandeceram a nossa Pátria, citando inclusive aquele grande brasileiro por quem todos nós temos veneração: Bento Gonçalves. A declaração do Coronel João da Silva Tavares, diante de Bento Gonçalves, é uma dessas manifestações próprias da alma liberal, da alma guerreira, da alma profundamente brasileira do gaúcho que tem a hombridade de externar o seu pensamento, como fizera o inesquecível Canabarro! Esta lealdade é admirável! V. Exa. está trazendo ao Senado não apenas um fato histórico mas proferindo verdadeira aula de civismo, que deve ter repercussão lá fora. Que beleza se os moços que andam por aí atrás de uma idéia, de uma causa, por aqui passassem e ouvissem o ilustre Senador evocar uma figura tutelar desta Nação! Sr. Presidente, essa é uma oração memorável. Estou com o meu coração em festas, vibrando, cheio de entusiasmo, voltado meu pensamento para os meus dias de moço, quando me empolgava diante dos meus professores ao citarem esses nomes admiráveis. Portanto, V. Exa. fala em nome do Movimento Democrático Brasileiro, da Aliança Renovadora Nacional, do Senado e dos que sonham com um Brasil grande, que há de ser, num futuro próximo, a grande Pátria da democracia, da justiça, da liberdade e do amor.

**O SR. RUY CARNEIRO** — Agradeço a solidariedade e o apoio que me dá o Líder do meu Partido, Senador Benjamim Farah, no aparte generoso e amável com que acaba de distinguir-me. Indiscutivelmente, estamos exaltando as grandes figuras do passado, para que a mocidade atual sinta, naqueles exemplos, a grandeza do que foram aqueles homens. E a exaltação que estamos fazendo do Coronel João Tavares da Silva se realça sobretudo porque ele entrou na luta para defender a unidade nacional, para que o Rio Grande não se divorciasse do resto do Brasil.

Naquela ocasião, dominava em Buenos Aires o tirano Manuel Rosas, que ofereceu ao chefe farroupilha David Canabarro "o auxílio dos seus soldados, prontos a cruzarem a fronteira para derrotar os imperiais", tendo recebido, porém, a resposta de que o primeiro dos soldados oferecidos que atravessasse a fronteira "forneceria o sangue com que os revoltosos assinarão a paz com os imperiais".

Não caberia aqui, Sr. Presidente e Srs. Senadores o relato dos heróicos episódios daquela longa companhia em que o sangue dos brasileiros foi derramado em prol do advento da República, como, aliás, já havia si-

do derramado, no Nordeste, na Revolução de 1817 e na República do Equador, em 1824. Foi uma luta cruenta, em que se perderam muitas vidas preciosas e na qual muitos atos de bravura foram praticados. Só terminou dez anos depois, graças à habilidade política de Caxias, ao negociar uma paz sem vencidos nem vencedores, mas que manteve intacta a unidade do Império.

Quero, porém, acentuar que, durante toda ela, a legalidade teve na espada do Coronel João da Silva Tavares um formidável instrumento, ao enfrentar ele os mais destacados chefes rebeldes, nas batalhas e combates que pontilharam a terra gaúcha, especialmente na zona do litoral e da fronteira do Uruguai, cuja guarda esteve a seu cargo.

A revolução começou a 20 de setembro de 1835. Mas o Coronel João da Silva Tavares dela já havia tido notícia desde 17 ou 18. E a 19, o uruguaio Coronel Santana apeou perto de sua casa e mandou convidá-lo para uma conferência. Segundo o Dr. Álvaro Tavares de Souza, trazia ele na manga da túnica um punhal para assassiná-lo. Havia interesse em eliminar um adversário potencial de tal importância. Silva Tavares, contudo, foi, não para conferenciar, mas para dar-lhe voz de prisão, a que se seguiu violenta luta, em que o coronel uruguaio pereceu, tendo, realmente na manga, o punhal fatídico.

Dai por diante, foram dez anos de embates e sacrifícios, em que Silva Tavares conheceu todas as vicissitudes da luta, desde a vitória com o desbarato completo da tropa inimiga, até a derrota, também total, em que foi feito prisioneiro dos adversários.

Tentou a fuga nove vezes, inutilmente, mas com êxito, na décima, graças ao auxílio de um soldado pernambucano, sendo recebido em triunfo, na cidade do Rio Grande que era o porto e a rota de abastecimento dos imperiais. Teve de defendê-la e a defendeu, embora, muitas vezes, em condições precárias, contra as investidas dos republicanos, especialmente por parte de Antônio de Souza Neto, o grande chefe farroupilha, aquele mesmo que, depois da vitória do Seival, proclamou a independência da Província "com o nome de República Rio-Grandense".

Terminada a luta civil, adveio a tarefa da reconciliação dos homens e da reconstrução da Província, cuja economia ficou esfacelada. Silva Tavares, tal como acontecera depois das guerras da Cisplatina, estava com a sua estância reduzida à terra, pois tudo o mais fora destruído e os rebanhos desaparecidos. Meteu mãos à obra. Ajudou-se a si e aos amigos. E transformou-se no mais prestigioso chefe da fronteira uruguaia. Com estância no Erval e residência em Bagé, que já então era a "Princesa da Fronteira", exerceu vários comandos militares e conquistou ascendência política sobre a população.

Foi ali, na idade já relativamente avançada de 75 anos, que o encontrou a Guerra do Paraguai. Começou ela, como é sabido, pela guerra contra os "blancos", no Uruguai. Em 1865, tropas uruguaias do caudilho "blanco" Basílio Muñoz puseram cerco a Jaguarão, e se preparavam para marchar sobre Bagé, quando Silva Tavares formou, com incrível rapidez, uma força de cavalaria de

2.000 homens, indo ao seu encontro, mantendo o inimigo do outro lado da fronteira. Quando as operações se distenderam ao Paraguai, pela agressão de Francisco Solano Lopez, Silva Tavares, que tinha, então, o título de coronel honorário do Exército, guardou, durante os cinco anos, aquela fronteira contra qualquer eventualidade. E como a sua idade não mais lhe permitisse tomar parte ativa nas pelejas, recrutou, instruiu e formou tropas para a 2ª Divisão, a serem enviadas ao teatro das operações.

Nele, todavia, esteve representado por uma prole fiel ao seu patriotismo e à sua bravura. Do seu casamento com D. Umbelina Nunes, Baronesa e Viscondessa de Cerro Alegre, com **grandeza**, nasceram 18 filhos, dos quais quatro dedicados à vida militar: João Facundo, coronel honorário e comandante da força de cavalaria local; Joaquim, Barão de Santa Tecla e herói da Guerra do Paraguai; José Bonifácio, que veio a ser comandante da divisão de cavalaria, na revolução de 1893; e — o mais ilustre de todos — João, mais conhecido por Joca Tavares, general honorário do Exército, Barão de Itaquí, herói de cinco campanhas, personagem chave no combate de Aquidabã, em que pereceu o tirano Solano Lopez, e que foi, depois, o mais destacado chefe da revolução de 1893, tendo assinado, em 1895, a ata da pacificação, ao tempo da Presidência Prudente de Moraes.

É assim João da Silva Tavares um herói nacional, ilustre pelos seus feitos na Guerra Cisplatina, na Revolução Farroupilha, em que defendeu a legalidade e a unidade do Brasil; na paz, quando ajudou a restaurar o Rio Grande, depois de dez anos de luta civil destruidora; e pela prole que lhe continuou o nome, a dedicação às armas, e o grande amor à Pátria.

**O Sr. Guido Mondin** — Permite V. Exa. um aparte?

**O SR. RUY CARNEIRO** — Pois não, nobre colega.

**O Sr. Guido Mondin** — Nobre Senador Ruy Carneiro, verifica V. Exa. que aguardei justamente o término do seu belo pronunciamento, em que V. Exa., um paraibano, presta homenagem a um dos pró-homens da história do Rio Grande, para apartear-lo, e Evidente que um representante do Estado apartear-se V. Exa. E pedindo-lhe licença para o aparte, agradeço, em nome dos meus conterrâneos, esta carinhosa manifestação. Enaltecendo o homem, evidentemente V. Exa. teria, como o fez, de situá-lo na história. Nunca é demais lembrar que o povoamento do Rio Grande começou a processar-se quando, por dois séculos, já transcorria a vida brasileira. Então, é preciso que todos os brasileiros compreendam que a formação daquela Província, a sua sociologia, a exaltação dos seus homens, teriam de corresponder precisamente aos fatos da época. Nasceram no meio de lutas. Lembre V. Exa. o Tratado de Madri: quanta coisa aconteceu em decorrência desse tratado; a que movimentação foram levados os rio-grandenses para impor esse Tratado e, assim, abrir novas perspectivas para Província. João da Silva Tavares destacou-se evidentemente, porque

muitos foram os homens que então se destacaram, sem legando, graças a Deus, um caráter que nós, os rio-grandenses, brasileiros que somos, sem dúvida queremos manter ao longo do tempo, no transcurso de muitas vidas, das nossas e das que nos sucederem. Então, volto a dizer a V. Exa. que fiquei aguardando este final de discurso, esperando, como aconteceu, as manifestações de outros colegas, para que eu pudesse também abraçá-los, uma vez que eles também falaram pelos dois Partidos, para agradecê-los em nome dos meus conterrâneos. De certo, algum dia estarei nesta tribuna para exaltar algum paraibano, porque o Brasil, lá e aqui, é todo ele igual, produzindo grandes homens, para que os de hoje encontrem em quem se espelhar.

**O SR. RUY CARNEIRO** — Sr. Presidente, agradeço o aparte do meu eminente colega, o brilhante representante do Rio Grande do Sul nesta Casa, Senador Guido Mondin. O aparte de V. Exa. vem trazer, e juntar a afetividade do Rio Grande do Sul à da Paraíba. Jamais esqueceremos, sobretudo nós da geração de 30, a lealdade e a correção dos gaúchos e dos mineiros para conosco.

É para mim, Sr. Presidente e Srs. Senadores, uma satisfação e uma honra recordar, no dia 1º de hoje, data do seu nascimento, a esta excelsa figura do Rio Grande do Sul e do Brasil, nesta hora de reconstrução nacional, agora que os grandes exemplos devem ser tirados da história e trazidos à luz do dia.

Entre eles destaca-se o desse fabuloso João da Silva Tavares, Barão e Visconde de Serro Alegre, duas vezes Grande do Império, e de quem disse o historiador Alfredo Varela ter sido "um dos seus mais poderosos baluartes". **(Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)**

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Tôrres)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Daniel Krieger.

**O SR. DANIEL KRIEGER (Pronuncia o seguinte discurso — Sem revisão do orador)** — Sr. Presidente e Srs. Senadores, comemora hoje 50 anos de vida profissional o Senador Danton Jobim. O Senado da República, por designação do seu Presidente, enviou uma Comissão ao Estado da Guanabara, como demonstração de solidariedade.

Sr. Presidente, não queria deixar de dizer algumas palavras, uma vez que, tendo sido convidado para participar da Comissão, não me foi possível integrá-la, porque não poderia sair hoje de Brasília.

A vida de jornalista é um sacerdócio. Exercido com grandeza, dignifica e glorifica. O Senador Danton Jobim o exerce com dignidade e com grandeza.

Ao evocar os 50 anos de sua atividade, atropelam-se na minha memória outros nomes que comigo conviveram e que, pela tenacidade, pelo brilho e pelo despreendimento, engrandecem a imprensa brasileira. Vejo sentada no plenário do Senado a figura de Assis Chateaubriand; vejo lutando no **O Estado de S. Paulo** um Júlio de Mesquita, sinto no **Diário de Notícias** um Orlando Dantas, no **Correio da Manhã** um Paulo Bitencourt, em **O Globo** um João Neves de Fontoura, na **Federação** um Lindolfo Collor. Refiro-me

somente aos mortais. Quero, nesta hora, incluí-lo nesta homenagem que o Senado da República presta a Danton Jobim e, prestando a Danton Jobim, presta à imprensa brasileira, essa magnífica imprensa que esteve sempre ao serviço da Pátria, da Liberdade e do Direito. **(Muito bem! Muito bem! Palmas.)**

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Tôrres)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro, que falará como Líder.

**O SR. FRANCO MONTORO PRO-NUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIOR-MENTE.**

Compareceram mais os Srs. Senadores:

José Guimard — Geraldo Mesquita — Flávio Britto — José Esteves — Cattete Pinheiro — Milton Trindade — Alexandre Costa — Fausto Castelo Branco — Virgílio Távora — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Wilson Campos — Arnon de Mello — Leandro Maciel — Lourival Baptista — Heitor Dias — João Calmon — Benjamin Farah — Magalhães Pinto — Carvalho Pinto — Franco Montoro — Osires Teixeira — Antônio Carlos — Lenoir Vargas.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Tôrres)** — O Senhor Presidente da República encaminhou à deliberação do Congresso Nacional, através das Mensagens nºs 1, 2, 3, 4, 5 e 6, de 1973 CN, os textos dos Decretos-leis nºs 1 248, 1 249, 1 250, 1 251, 1 252 e 1 253, de 1973, respectivamente.

Para leitura das Mensagens e demais providências iniciais de sua tramitação, convo-co sessões conjuntas do Congresso Nacional a serem realizadas no Plenário da Câmara dos Deputados, de acordo com o seguinte calendário:

**Dia 20 de março, às 19,30 horas**  
3ª-feira

Leitura da Mensagem nº 1/73 CN, que encaminha o texto do Decreto-lei nº 1 248, de 29 de novembro de 1972;

Leitura da Mensagem nº 2/73 CN, que encaminha o texto do Decreto-lei nº 1 249, de 11 de dezembro de 1972.

**Dia 21 de março, às 19,30 horas**  
4ª-feira

Leitura da Mensagem nº 3/73 CN, que encaminha o texto do Decreto-lei nº 1 250, de 21 de dezembro de 1972;

Leitura da Mensagem nº 4/73 CN, que encaminha o texto do Decreto-lei nº 1 251, de 21 de dezembro de 1972.

**Dia 22 de março, às 19,30 horas**  
5ª-feira

Leitura da Mensagem nº 5/73 CN, que encaminha o texto do Decreto-lei nº 1 252, de 22 de dezembro de 1972;

Leitura da Mensagem nº 6/73 CN, que encaminha o texto do Decreto-lei nº 1 253, de 29 de dezembro de 1972.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Tôrres)** — Terminado o período destinado ao Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA

### Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 1972 (nº 373-B/72, na Casa de origem), que define, para fins de previdência social, a atividade de Auxiliar de Condutor Autônomo de Veículo Rodoviário, e dá outras providências, tendo

**PARECER FAVORÁVEL**, sob nº 577, de 1972, da Comissão — de Legislação Social.

Sobre a Mesa, emenda que vai ser lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido a seguinte:

### EMENDA Nº 1 (Substitutivo)

Ao Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 1972 (nº 373-B/72, na Casa de origem), que "define, para fins de previdência social, a atividade de Auxiliar de Condutor Autônomo de Veículo Rodoviário, e dá outras providências.

Dispõe sobre a contribuição previdenciária do cessionário de automóvel de motorista profissional.

Art. 1º É facultada ao motorista profissional a cessão do seu automóvel, em regime de associação, no máximo a 2 (dois) outros profissionais.

§ 1º Os cessionários são obrigados a matricular no veículo.

§ 2º Esses profissionais contribuirão para o Instituto Nacional da Previdência Social como trabalhadores autônomos.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

### Justificação

Obsoleta a expressão inserta no Projeto de Lei original: condutor autônomo de veículo rodoviário. Do Regulamento do Código Nacional do Trânsito, aprovado pelo Decreto nº 62.127, de 16.1.68, é o art. 130:

Os condutores de veículos distribuem-se pelas seguintes categorias: I — motorista amador; II — motorista profissional; III — motociclista; IV — motoneiro; V — operador; VI — ciclista; VII — carroceiro e charretista.

Condutor de veículo é o gênero, sendo os motoristas profissionais a espécie, sobre que se pretende legislar. Da Consolidação das Leis do Trabalho, é o

Art. 3º Considera-se empregada toda pessoa física que prestar serviços de



natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

Face à Lei, o conceito de empregado resulta de relação jurídica — a relação de empregado, chamada vínculo empregatício — que se caracteriza por certos requisitos, formadores do trinômio: serviço não eventual, salário e dependência. Exige a Lei, para a conceituação do empregado, que os serviços prestados não sejam de natureza eventual: a continuidade da relação jurídica estabelecida ditará a qualidade de empregado.

O salário é elemento importante para a caracterização da relação de emprego. Mandada a Lei que o trabalho seja realizado mediante salário, pago por aquele que dirige a prestação pessoal de serviços (art. 2º da CLT). Não se configurará o contrato de trabalho se inexistir salário.

O caso sob análise é o de motorista profissional que recebe do proprietário, também motorista, o automóvel para com ele trabalhar, nas mesmas condições. No fim do período, presta contas: a arrecadação, abatidas as despesas, é repartida na forma ajustada. Não há razões para chamar de salário ao ganho desse motorista. Salário é pagamento feito por empregador: no caso, o cessionário executa o serviço, explorando a atividade, em idênticas condições com o proprietário do veículo. No final, há repartição de saldo.

A Lei Orgânica da Previdência Social (Lei número 3.807, de 26.8.60), define em seu art. 4º,

d) trabalhador autônomo — o que exerce, habitualmente e por conta própria, atividade profissional remunerada.

O Prof. Mozart Victor Russomano nos ensina: Autônomo se diz do obreiro que executa serviços com absoluta independência, senhor de sua atividade, sem estar sujeito a horários, a compromissos de produção mínima, etc. Essa independência no ato de trabalhar rouba-lhe a característica de empregado, porque desaparece, totalmente, a subordinação hierárquica característica de empregado, porque desaparece, totalmente, a subordinação hierárquica característica do contrato. O Empregado e o Empregador no Direito Brasileiro, Vol. I, pág. 150.

O trecho seguinte é ainda de Russomano: O traço marcante, na conceituação do trabalhador autônomo, é o fato de não ter ele obrigação de receber ordens da empresa. É evidente que essa afirmação não pode ser tomada em sentido absoluto. No direito positivo não existem absolutos. Naturalmente, o trabalhador autônomo precisa saber, daquele para quem presta serviços, a natureza desses serviços, o modo de sua realização, o material a ser empregado, etc. Mas, por outro lado, ele não tem obrigação de horários, não tem obrigação de comparecimento ao serviço, não tem obrigação de produtividade e assim por diante. É o caso exemplificativo do agente de seguros, que, geralmente, é um trabalhador autônomo, pois recebe as instruções rígi-

das da companhia seguradora sobre as condições de qualquer transação e, dentro desses limites, pode agir livremente, sem subordinação de nenhuma espécie, em relação à pessoa da empresa. Com. à Lei de Ac. do Trab. Vol. I, págs. 104 e 105.

O motorista cessionário de que se ocupa a presente proposição, agasalha-se de maneira precisa nas lições acima transcritas. Arnaldo Sussekind, depois de enumerar os elementos formadores do contrato individual de trabalho — serviços de natureza não eventual, dependência hierárquica resultante da subordinação jurídica ao empregador e salário pago pelo empregador contratante — assim conclui:

Faltando um desses elementos, o contrato não será de trabalho subordinado; como corolário, os serviços acaso executados poderão concernir, genericamente, a um trabalhador, mas não, especificamente, a um empregado.

É o caso do motorista profissional que trabalha com o veículo do proprietário de outro profissional: não há subordinação hierárquica, pois que executa o seu trabalho livremente. Não há salário, desde que a paga advém diretamente do trabalho executado. O cessionário do automóvel, de que se ocupa a presente proposição, é um trabalhador autônomo, tal como o profissional proprietário do veículo.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1973.  
*Petrônio Portella.*

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres)** — Em discussão o projeto e a emenda. (Pausa.) Não havendo quem queira discutí-los, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Encerrada.

Nos termos regimentais, a matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça, para exame da constitucionalidade e juridicidade do projeto e da emenda, e à Comissão de Legislação Social, para exame da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres)** —

**Item 2:**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 582, de 1972, da Comissão de Finanças, sobre as contas da Petróleo Brasileiro S. A. — PETROBRÁS, relativas ao exercício de 1966, encaminhadas ao Senado através do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1972 (nº 75-A/72, na Câmara dos Deputados). (Parecer pelo arquivamento.)

Em discussão o parecer.

Não havendo quem queira discutí-lo, vou encerrar a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o parecer; a matéria será arquivada.

É o seguinte o parecer aprovado:

**PARECER**  
**Nº 582, de 1972**

Da Comissão de Finanças sobre as contas da Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS —, relativas ao exercício de 1966, encaminhadas ao Senado pelo Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1972 (nº 75-A/72, na Câmara dos Deputados).

**Relator: Sr. Cattete Pinheiro.**

O presente Projeto de Decreto Legislativo, originário da Câmara dos Deputados, aprova as contas da Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS, relativamente ao exercício de 1966.

2 A matéria veio de ser examinada na outra Casa do Congresso, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas, que, à vista das diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União, considerou-as altamente satisfatórias.

3 O Tribunal de Contas da União, pelo Aviso nº 864-P/71, transmitiu à consideração do Congresso Nacional “o processo de prestação de contas da Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS — relativas ao exercício de 1966, em que se integrou o parecer a que alude o artigo 32, da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, unanimemente aprovado”.

4. No voto proferido pelo Ministro Wagner Estelita Campos há a conclusão de terem sido “altamente satisfatórias as atividades da PETROBRÁS em 1966, inexistentes reparos ou saneamentos a fazer, quanto aos elementos contábeis oferecidos”. Assim, o Tribunal de Contas da União julgou regulares as contas da Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS, relativas ao ano de 1966.

5. Cabe observar, no entanto, que, quando da apreciação das contas do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), a Comissão de Constituição e Justiça (DCN, II, de 23-6-72, pág. 1.623), pelo parecer nº 56/72, entendeu:

“As comunicações feitas pelo Tribunal de Contas ao Congresso Nacional, no que tange a órgãos vinculados à administração pública, não carecem de manifestação expressa, em termos de proposição legislativa, mas, tão somente, de apreciação e conseqüente arquivamento, não ocorrendo, in casu, qualquer constatação de irregularidade que justifique a indicação de providências objetivas, tendentes à apuração de responsabilidades ou à aplicação de punições.”

6. Cumpre esclarecer que tanto a Constituição Federal, nos termos do seu art. 44, item VIII, como o Regimento Interno do Senado Federal (arts. 394, 395 e 396), norteiam-se pelo preceito que só admite e exige decreto legislativo nos casos de julgamento de contas do Presidente da República ou do Governador do Distrito Federal.

7. Anteriormente, em pareceres referentes às contas do Serviço Federal de Processamento de Dados — SERPRO — (PDL nº 24, de 1971) e da Rede Ferroviária Federal



(PDL nºs 39, 40, 41, 44, 45 e 46, de 1971, e nºs 1, 2, 3, 4, 5 e 6, de 1972, aprovando as contas relativas aos exercícios de 1957 a 1969), a Comissão de Finanças, após a manifestação da Comissão de Constituição e Justiça e do Plenário do Senado Federal, opinou pelo seu arquivamento, dada a inexistência de lei que regule o processo de fiscalização pelo Congresso Nacional, segundo o que dispõe o art. 45 da Constituição Federal.

8. Ante o exposto, opinamos pelo arquivamento do presente processo, até que haja regulamentação do preceito constitucional antes citado, estabelecendo os meios processuais relativos ao exercício do poder fiscalizador do Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) —**

**Item nº 3:**

### **MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA**

Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1972 (nº 75-A/72, na Câmara dos Deputados), que aprova as contas da Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS, relativas ao exercício de 1966.

(Matéria prejudicada em virtude de seu prejulgamento pelo Plenário na sessão de 22/6/72, quando rejeitou, por inconstitucionalidade, o Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1971, que aprova as Contas do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), relativas ao exercício de 1968.)

Nos termos da letra "b", art. 372, do Regimento Interno, esta Presidência declara prejudicado o Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1972, da Câmara dos Deputados, que aprova as contas da Petróleo Brasileiro S.A., relativas ao exercício de 1966.

O projeto vai ao arquivo, feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) —** Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia. (Pausa.)

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Leandro Maciel.

**O SR. LEANDRO MACIEL (Pronuncia o seguinte discurso) —** Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes de pronunciar o meu discurso, devo dar uma explicação à Casa.

O Senado está ouvindo, como se fosse um realejo a repetir a mesma música todos os dias, a fala dos representantes sergipanos sobre a riqueza do subsolo do Estado. Bate-mos todos na mesma tecla, sem divergências, afinados, preocupados com o problema maior do Estado, de vital importância para o Brasil.

Pode haver manifestações diferentes, em sugestões, num problema intrincado como é o do potássio, que atende a vários setores da vida sergipana. Mas, o que posso assegurar ao Senado é que todos nós, representantes de Sergipe, estamos com o desejo de colaborar no sentido de que a exploração de minérios venha o quanto antes, já que vencemos a etapa da concorrência.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, como é do conhecimento de todos, a "Kallium Mineração S/A", empresa do Grupo Lume, ganhou a concorrência para a exploração, inicialmente das jazidas de potássio e, mais tarde, de taquidrita, para produzir o magnésio metálico, em Sergipe.

Foi uma vitória, não há negar, do esforço, da tenacidade, do patriotismo dos homens que dirigem a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais, sob a Presidência do Dr. Ronaldo Moreira da Rocha.

A primeira concorrência foi anulada porque os licitantes não puderam atender à exigências do Edital, alegando que lhes faltavam elementos indispensáveis que deveriam ser, antes, por eles colhidos no campo, na área já fartamente pesquisada pela Companhia, e, ainda pelo Projeto Potássio. E levavam sua desconfiança até à alegação de que os elementos do Relatório, oferecidos como base da concorrência, não coincidiam com o que realmente existia no campo.

Era uma afirmativa temerária, percebendo-se um propósito velado de torpedeamento da concorrência.

Enquanto isto, afirmavam enfaticamente que tinham grande interesse na exploração, desde que fossem atendidos nas suas exigências. A Companhia aceitou as condições impostas, não mediu despesas, querendo dar a mais completa colaboração, embora pouco convincentes os argumentos dos citantes. Anulou a concorrência indo, ela mesma, à procura dos dados solicitados. Só não fez todavia o jogo deles, que era inaceitável, sob vários aspectos: irem eles próprios em busca destes dados. Seria um risco, um exagero de confiança, e os dirigentes da Companhia, homens experimentados, não poderiam aceitar.

Sem perda de tempo a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais mandou para o campo uma turma altamente especializada colher os elementos reclamados e testar os dados do Relatório, mais uma vez, com os do campo colhidos anteriormente.

Tudo estava rigorosamente certo. Depois de demorado estudo, com um precioso documentário, a Companhia publica novo Edital de Concorrência, contando, por certo, com o comparecimento daqueles que queriam os elementos agora reunidos.

Parecia tudo tranqüilo. Mas na proximidade da data da apresentação formal das propostas, dia 30 de Novembro de 1972, cinco dias antes, precisamente no dia 25 de Novembro de 1972, cinco dias antes, precisamente no dia 25 de Novembro, o atuante e poderoso Grupo Cimento Itaú, pelo *Jornal do Brasil*, dizia em termos claros e definitivos, que não se interessava mais pela exploração dos minérios sergipanos e que, neste sentido, teria escrito uma carta ao Exmo. Sr. Ministro das Minas e Energia, dando os motivos.

Causou grande surpresa esta inesperada atitude do grupo liderado pela Cimento Itaú, que dava a impressão de ser de todos o mais interessado. E não foi só isto. Na mesma nota que está no *Jornal do Brasil* do dia 25 de Novembro, avançava que não haveria outros interessados, pois o próprio Grupo Lume, que manifestara vontade de concor-

rer no começo, já estava desiludido, àquela hora, também fora da concorrência. Era mais um que desistia antes do tempo. Era visível o deliberado propósito de deixar no fundo da terra a riqueza imensa que Sergipe pode trazer para o Brasil. Uma campanha, sob medida, de desmoralização das nossas jazidas, afastando a possibilidade da sua exploração, tomava corpo. Mas nem tudo estava perdido. E assistiu, entre desanimado e preocupado, diante das notícias que insistentemente circulavam, o encerramento da concorrência, mas fiquei exultante quando vi apresentar-se, como licitante, o Grupo Lume, logo pré-qualificado, que oferecia um copioso material a ser submetido ao exame da Comissão de alto nível, criada pela Presidência da Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais, composta dos Senhores João Batista Thorens Gomes Pereira, Moacir de Vasconcelos e Caio Antônio Bernardes Ribeiro.

Esta Comissão, depois de estudar cuidadosamente os elementos apresentados, opinou pela aprovação da proposta da Kallium Mineração S/A, aliás, único concorrente, por enquadrar-se, de todo, dentro nas exigências do Edital de Concorrência. Marcada a assinatura do contrato, para o dia 20 de dezembro, fui convidado pelo Dr. Ronaldo Moreira da Rocha para comparecer, queria ele que eu fosse também signatário do contrato, ao lado do Sr. Ministro das Minas e Energia, do Presidente da PETROBRÁS, do Governador de Sergipe, do Presidente do Grupo Vitorioso, do Diretor da Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais. Esta atitude, realmente desvanecedora, deveras me emocionou, pois que justificada pelo meu permanente interesse, vivendo dentro da Companhia, estimulando e colaborando, buscando este resultado ansiosamente esperado pelo povo Sergipano.

Agora resta o início dos trabalhos, já anunciados para a segunda metade deste mês.

Com a exploração dos minérios o meu Estado entrará numa nova fase, já impulsionado no seu desenvolvimento pela PETROBRÁS que realiza ali obra monumental, digna de ser vista de perto por todos os brasileiros, para terem uma idéia exata da sua verdadeira dimensão.

A PETROBRÁS, além do *royalty*, já ponderável na receita do Estado, paga uma pesada taxa ao Porto de Aracaju, mais ou menos cento e cinquenta mil cruzeiros por mês, para utilizar o terminal marítimo que construiu em Atalaia. E ainda concorre com grande soma de dinheiro que faz circular, todos os meses no Estado, através do seu Distrito instalado em Aracaju, despesas vultosas decorrentes das grandes obras em execução do seu vasto programa. Triste de Sergipe, dos sergipanos, se não fosse a providencial presença da PETROBRÁS. A nossa receita ordinária não dá para a despesa efetiva do Estado. E o mal vem de longe, das estações irregulares, das safras reduzidas pela estiagem e da falta de indústrias. Não estamos entretanto com a tarefa terminada. Falta muito. A produção do potássio implica no seu transporte e não temos um porto pa-

ra a saída deste volumoso material, pois a sua produção está fixada no começo, em quinhentas mil toneladas anuais. O Porto de Aracaju, em condições precárias, porto de barra, sujeito a constante assoreamento, com um cais de duzentos metros, agora em ruína, está plantado no centro da cidade. O calado que oferece a pequenas embarcações já não lhe dá movimento, a não ser dos barcos da PETROBRÁS e um navio que, de dois em dois meses, leva um lastro de trigo para um pequeno moinho de Aracaju. Tudo que se produz sai de caminhão. Açúcar, tecidos, crê, charutos, arroz, sal, milho, feijão, fumo, produtos de coco. Com uma produção maciça a começar pelo potássio precisamos, já e já, de dar início ao estabelecimento de um porto que ofereça condições de segurança. O Porto de Aracaju deve, a meu ver, ser conservado, ficando apenas o cais de duzentos metros, quando restaurado, para o que se chama de carga variada, carga de comércio, frequentado por navios de pequeno porte. Temos perto de nós o exemplo do Porto de Malhado, em Ilhéus, na Bahia. Muitas dragagens foram feitas na barra do Rio Ilhéus, para que o porto ficasse perto da cidade, a sua bacia de evolução e o cais de acostamento. O assoreamento vinha logo, anulando surpreendentemente o serviço feito. Não havia outra solução senão abandonar esse projeto tão oneroso e sem resultado positivo. Não era possível insistir. Começaram o estudo de viabilidade do porto em alto mar, de Malhado, que a Revolução já inaugurou e, hoje, o cacau, grande riqueza da região, sai para o exterior por um porto abrigado que tem as necessárias condições, planejado em alto mar. O porto para o transporte do potássio, de barrilha, de magnêseio metálico e toda a produção do subsolo que oferecerá o meu Estado deverá ser — permitam-me os Srs. Senadores que um antigo e modesto engenheiro de portos dê a sua opinião — construído também em alto mar, e, pela posição geográfica das jazidas de minério, o local indicado não estará longe de Pirambu, a menos de vinte quilômetros do campo privilegiado de Carmópolis.

Aí, além do mais, ficaria afastado o risco de um porto colocado em cima da capital, recebendo uma brisa constante, que sopra do mar para a terra, e que jogaria o pó fino de potássio em cima da cidade. Seria um permanente desassossego para a população e a cidade de Aracaju, na parte atingida, tornaria-se inabitável. Exemplos temos de fora, em toda a parte, para nos inspirarmos, mas não precisamos ir longe. O Porto de Tubarão, a oito quilômetros de Vitória joga o pó de minério de ferro, mais pesado do que o de potássio, em cima da cidade e já uma parte da população da simpática e progressista capital Capixaba está sofrendo as suas consequências.

Esperamos que o Governo que está vivamente empenhado na produção do potássio pelo Ministério dos Transportes, de parceria com o Grupo Lume, encontre a solução melhor indicada para a saída do potássio, instalando um porto diferente, um novo porto, em lugar tecnicamente conveniente, com setores específicos para o embarque de potás-

sio e ainda da carga uniforme, e não por simples terminal oceânico. Israel é um exemplo com o porto modular de Isdortz.

Fazendo este apressado registro, debaten-do um aspecto do problema, terei de voltar, mais tarde, focalizando outras implicações que serão afastadas, certamente, pela boa vontade de todos que estão colaborando neste grande passo, que leva o Brasil a poupar uma quantidade apreciável de divisas com o potássio importado, hoje cerca de 18 milhões de dólares por ano, principal elemento na composição de todos os adubos. A nossa grande batalha está assim a bom caminho e a Revolução, no Governo Médici, tem a seu crédito, na gratidão do povo sergipano, mais este grande benefício que será, em futuro próximo, a redenção do meu Estado. **(Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)**

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórrres) —** Concedo a palavra ao nobre Senador Guido Mondin.

**O SR. GUIDO MONDIN (Pronuncia o seguinte discurso) —** Sr. Presidente, nobres Colegas, li que Joraci Camargo, em depoimento no Museu da Imagem e do Som, narrando sua vida, revelou que escreveu *Deus lhe Pague* porque sua filha estava com cruepe, e ele precisava urgentemente de dinheiro.

Dentre sua copiosa obra, *Deus lhe Pague* viria a ser, entretanto, sua peça de maior sucesso, alcançando milhares de apresentações, com 30 edições brasileiras, 9 portuguesas, sendo ainda traduzida e interpretada em vários idiomas, dentre os quais cito especialmente o polonês, o hebraico, o iídiche, o japonês, o russo e o tcheco.

Imaginemos Joraci Camargo a escrevê-la, o que fez em três dias e três noites, sem interrupção. A enfermidade da filha e a necessidade de dinheiro aguçaram-lhe o ímpeto, em vez de desesperá-lo, — mas a necessidade em si mesma de nada adiantaria se dois fatores outros não vivessem no admirável dramaturgo: seu amor ao teatro e seu talento espontâneo e fértil.

A sua revelação no Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro me leva a uma associação de idéias. E lembro o prólogo de *A Mandrágora*, em que Maquiavel pelo menos sugere que considerava o teatro uma preocupação subsidiária, um passatempo. Não obstante, reconhecem os estudiosos da obra do florentino que "no fundo da Mandrágora se encontra a mesma concepção pessimista que está na raiz de *O Príncipe*, o que quer dizer que a sua preocupação não era assim mero passatempo, senão algo a manter vivo do seu pensamento político numa fase de ostracismo do genial italiano. Digo isto porque bem gostaria de deter-me nesta oportunidade no exame destas constatações e destas comparações, para que ilações surgissem. Num caso, como que o autor se preocupava em explicar que escreveu para vencer uma emergência da vida; no outro, pretende o corrosivo peninsular considerar a dramaturgia um subproduto do seu pensamento político.

Na verdade, o teatro tem sua expressão própria, independente, dispensando interpretações, pouco importando as razões ou

as explicações que se queira dar à mensagem que resulta da obra elaborada e levada à cena.

Já lembrava Ruy Santos, falando de Rui Barbosa, que o grande baiano lia em profundidade e não superficialmente como ocorre com a maioria dos homens que se dizem leitores de livros. Estarei entre estes últimos se a dinâmica da vida pública não nos permite penetrar quanto enfrentamos, tal a diversidade, a intensidade e a superposição contínua dos fatos da nossa ação.

Daí porque não se pode sequer num instante de reverência sair das referências breves, quando caberia examinar com carinho a obra do dramaturgo brasileiro, se estamos a prantejar sua morte.

Alinho-me entre os admiradores do gênio de Joraci Camargo; do gênio e da personalidade.

**O Sr. Benjamin Farah —** V. Exa. permite um aparte?

**O SR. GUIDO MONDIN —** Com prazer!

**O Sr. Benjamin Farah —** Ainda há pouco, o nosso querido Colega Ruy Carneiro, que é da pequenina e brava Paraíba, exaltava a figura de um riograndense, que marcou a sua presença na História deste País com a sua bravura, com o seu amor a nossa Pátria, sendo um dos propugnadores da integração nacional. Agora, é um gaúcho que vem exaltar a memória de um carioca. Que beleza este Senado, neste entrelaçamento, nesta confraternização de brasileiros de todos os quadrantes! Como representante da terra carioca, eu não poderia ficar indiferente ao seu belíssimo discurso, quando recorda aquela grande figura de Joraci Camargo que, através das suas obras, avultando o "Deus lhe Pague", não só na Guanabara, mas em todo o Brasil, e até no estrangeiro, foi tão exaltado, e venerado pela sua inteligência e pelo seu espírito humano; nós tivemos a oportunidade de assistir a esse drama extraordinário com aquela outra grande figura que é Procópio Ferreira. Portanto, o MDB, sobretudo o da Guanabara, se rejubila com V. Exa. pela oportuna e belíssima oração que está pronunciando.

**O SR. GUIDO MONDIN —** O nobre Senador Ruy Carneiro soube fixar muito bem a personalidade do seu homenageado, o Coronel João da Silva Tavares.

Houve, na preocupação do orador, o sentido cívico de exaltar um homem para trazê-lo em exemplo às gerações novas.

Eu o felicitei na oportunidade. Com o caso de Joraci Camargo, uma das mais belas expressões da cultura teatral no Brasil, eu não me situo tanto na minha posição de gaúcho a exaltar um carioca, mas de um brasileiro a outro brasileiro, a quem devemos um trabalho exaustivo no campo do Teatro.

Essa homenagem, então, tem de se fazer geral, porque ele operou num sentido também geral: deixou de ser carioca para ser um brasileiro a pugnar, uma vez que ele não se restringiu à ação teatral, mas também à defesa da classe, num sentido mais amplo.

O que importa em verdade, meu caríssimo colega Benjamin Farah, é que não esqueçamos algumas palavras de saudades quando desaparece uma figura extraordinária como foi Joraci Camargo.

Veja V. Exa. que quem o conheceu, como que o sentia por inteiro na sua própria projeção artística: é que Joraci Camargo viveu intensamente o Teatro. A sua vida toda foi dedicada ao Teatro, como vamos ver nesta breve manifestação, lembrando, por exemplo, que iniciou a sua vida artística, embora como amador, aos 14 anos, no palco do Clube "24 de Maio," no Rio de Janeiro. Não sei se V. Exa. chegou a conhecer esse Clube. Eu não o conheci.

Encontramo-lo como autor, em 1927, já então como profissional.

É longo, pois, o tempo que vai desde a sua primeira revista teatral, em 1925, até a sua última comédia em três atos — creio que **Maria do Céu**.

Então, se morreu aos 74 anos, sessenta viveu para o teatro.

Talvez ninguém pudesse interpretar seu personagem principal como Procópio Ferreira na grande criação do mendigo de "Deus lhe Pague", esse agudo entrecho de crítica ao sistema social que conhecemos. Procópio Ferreira tornou-se mesmo inseparável da obra de Joraci e foi naquela peça que ator e autor entrelaçaram sentimentos, numa admiração de mútua grandeza.

Referi-me à personalidade de Joraci, a de um homem desprendido, sempre preocupado com o próximo, principalmente com os de sua classe. Os homens de espírito, mormente os artistas, sempre mergulhados no imponderável de suas criações, dificilmente podem sair de si mesmos. Seu humanismo concentra-se em sua obra, não extravasando para uma ação de solidariedade, na maioria dos casos, e se compreende. Mas, com Joraci era diferente. Fundada a Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, ele, que exercia o jornalismo, jogou-se à luta na defesa dos direitos autorais dos escritores. Foi essa uma constante em sua vida.

Em meio a uma produção de 32 comédias e dramas, 6 revistas teatrais, 1 opereta, 9 peças históricas para o rádio, 4 argumentos para filmes, 3 peças de teatro infantil, 2 novelas radiofônicas, 1 ensaio "O Teatro Soviético", que ainda hoje pela manhã estive lendo, e mais 4 peças inéditas, além de compor músicas como "Guacira" e "Favela", Joraci batalhava incansavelmente pelos de sua grei, numa manifestação viva de espírito de classe.

E lembrei "Favela", Sr. Presidente. Quem de nossa geração não seria capaz de cantá-la de novo — evidentemente não aqui em plenário! (Risos.)

Transitando pelo Congresso projetos vinculados a direitos autorais, ele se punha em campo, trazendo sugestões e mesmo combatendo proposições que, longe de favorecer, viriam prejudicar os autores, como provava sobejamente. Quanta vez ele aqui esteve à frente de numerosos artistas, apresentando, com conhecimento de causa e ardor, o seu pensamento e o pensamento dos seus colegas.

Hoje, por exemplo, o Código de Processo Civil contém um dispositivo em defesa dos direitos autorais, logo aceito quando do exame da matéria nesta Casa. Foi ele quem o redigiu e justificou, enviando-o a mim, através

de Herculano Rui Vaz Carneiro, para que o apresentasse, pois não lembro de uma vez que ele viesse a Brasília sem uma visita ao meu gabinete. Tive também a ventura de com ele privar num sodalício, o da Academia Brasileira de Arte, eis que a ela ele pertencia, além de ser um dos imortais da Academia Brasileira de Letras.

A obra de Joraci — Joraci Shafflor Camargo, este o seu nome completo — pelo menos em parte foi estudada por Edison Carneiro, Bandeira Duarte e Décio de Almeida Prado, ao que me lembro. Os que admiram a maravilhosa arte que mais imita a vida, estudando agora em conjunto o que Joraci nos legou, como dádiva luminosa para a história do Teatro Brasileiro, hão de dimensionar a perda que sofremos. Joraci não conheceu as depressões dos que se desesperam com esta fase de estagnação e de recuo da arte teatral. Ele sempre compreendeu que a arte em todas as suas facetas é eterna. Podem os homens em certos períodos como este de inconsequente subversão artística, produto da promoção proporcionada pelos meios de comunicação de massa, inconscientemente rejeitar esta ou aquela manifestação, julgando-a superada. Voltarão, porém, a ela, rendidos pelos valores perenes que a arte legítima traz congênitos. Em resumo, Joraci Camargo agora partiu, mas a sua obra ficou e com ela a sua presença permanente na expressão do seu talento, dos seus temas e dos seus personagens. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Pronuncia o seguinte discurso)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores: a Companhia Hidrelétrica do São Francisco — CHESF — completa, hoje, 25 anos de existência. Criada no governo do eminente Marechal Eurico Gaspar Dutra, a CHESF constitui um dos mais magníficos exemplos de empreendimento pioneiro em nosso País, hoje uma de nossas grandes realizações.

Criada por lei do Congresso Nacional em 1948, a CHESF levou seis anos na sua implantação. Esse longo prazo resultou do caráter excepcionalmente pioneiro de um empreendimento levado a efeito em região então distante e isolada do Brasil, tornando-se necessário o erguimento de uma colossal infra-estrutura, desde a construção de estradas até a de residências, hospitais, escolas, etc. Seis anos após a CHESF começava a operar, atendendo a uma demanda de apenas 40.000 KW. Hoje, atinge a 1 milhão de KW, números que por si só demonstram o quanto se tornou vitorioso o empreendimento, bem como revelam sua importância para todo o Nordeste brasileiro, para cujo desenvolvimento foi fundada e instalada essa empresa, hoje uma das maiores de nossa Pátria e, também, das mais modelares.

Como representante do Nordeste nesta Casa e, tendo acompanhado a longa luta de instalação e sucessivas ampliações da CHESF, havendo assistido à inauguração de três de suas turbinas, não poderia deixar de exaltar o trabalho e dedicação de tantos

brasileiros que contribuíram para que essa empresa se tornasse o que hoje é, possibilitando profunda transformação de toda a região nordestina por ela beneficiada. E o faço saudando a todos que nela trabalharam ou trabalharam através do ilustre Ministro Dias Leite, das Minas e Energia; do ex-Ministro e ex-Senador Apolônio Sales, rara figura de homem que desde cedo dedicou sua vida à causa pública, seu atual Presidente, e demais membros de sua diretoria. Não posso, neste momento, deixar de prestar uma homenagem especial ao Engenheiro Antônio José Alves de Sousa, primeiro Presidente da CHESF e que faleceu no exercício desse alto cargo.

Não me prolongarei, recordando aqueles dias épicos da instalação da CHESF, nem realçando a excepcional importância dessa grande empresa para o Nordeste e o Brasil pois são estes fatos do conhecimento geral de meus nobres colegas. Felicito o eminente Presidente Garrastazu Médici, cujo governo tem dado integral apoio à alta direção da CHESF, propiciando-lhe novos e importantes empreendimentos.

Sr. Presidente, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco é, hoje, uma de nossas maiores empresas. É, também, uma das mais bem administradas. Tornou-se símbolo da história do desenvolvimento brasileiro e, sobretudo, da integração do Nordeste, para cuja libertação econômica foi decisiva. Constitui, assim, uma das mais incisivas demonstrações da capacidade realizadora de nosso povo. E será sempre, como o é hoje, motivo de orgulho para o sentimento de brasilidade.

Eis porque, Sr. Presidente, felicito seus dirigentes e a todos que trabalham na CHESF pela passagem da data de hoje, formulando votos para que essa empresa continue sempre sob administrações competentes e patriotas, a fim de que prossiga crescendo sempre mais e mantendo a excelência dos serviços que presta ao Nordeste Brasileiro! (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres)** — Não há mais orador inscrito. Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão.

Designo para a próxima a seguinte

## ORDEM DO DIA

1

Discussão, em turno único, do Parecer nº 497, de 1972, da Comissão de Finanças, sobre o Ofício nº 1, de 1972, da Fundação das Pioneiras Sociais, apresentando o Relatório de suas atividades e cópia do Balanço correspondente ao exercício de 1971.

(Parecer pelo arquivamento.)

2

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do artigo 297 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 51, de 1972, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que fixa normas para concursos de ingresso

ao Serviço Público e define direitos e deveres dos concursados, tendo

PARECER, sob nº 472, de 1972, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade e injuridicidade.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres)**  
Está encerrada a Sessão.

*(Levanta-se a sessão às 17 horas e 5 minutos)*

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. BENJAMIN FARAH NA SESSÃO DE 13/3/1973 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. BENJAMIN FARAH (Pronuncia o seguinte discurso)** — Sr. Presidente: foi nos idos de 32; era a Revolução Constitucionalista deflagrada em São Paulo, com Pedro de Toledo no Governo daquele Estado, e o General Bertoldo Klinger no comando Militar, tendo como um dos seus bravos companheiros o então Coronel Euclides Figueiredo, que mais tarde, em 1946, fui encontrá-lo na Assembléia Nacional Constituinte. Foi em 32, repito; Benedicto Valladares viajava em "trem especial, que conduzia o Estado-Maior do Coronel Cristóvão Barcelos, a Passa Quatro". E, nas Memórias dos Tempos Idos e Vivos, é ele quem nos diz:

"Quando o trem atravessava o Rio Paraopeba, nas divisas do meu Município, o Coronel Barcelos levantou-se, com voz de comando, ordenou:

— "Todos de pé. Nomeei o Dr. Benedicto Valladares Chefe de Polícia do meu destacamento". E prossegue o ex-Senador:

"Estava iniciada a minha ascensão na carreira política.

Não tenho dúvidas de que o jovem Prefeito de Pará de Minas, sua terra natal, e então investido na delicada função de Chefe de Polícia de um destacamento governista, tão importante, se houve com eficiência; cumprira bem a sua árdua missão.

O ilustre protagonista, que durante quatro decênios teria uma grande presença na vida pública deste país, comprova a sua atuação na Revolução de 32, precisamente na Serra da Mantiqueira, onde os choques foram violentos, e onde tantas vidas se sacrificaram, de lado a lado, dentre as quais, a do Coronel Fulgêncio de Souza Santos, imolado no cumprimento do dever, e cujo nome ficou esculpido no Túnel, teatro de batalhas memoráveis.

Certa vez, Benedicto Valladares, em companhia do Capitão Dornelles, foi almoçar com o Coronel Barcelos. Terminado o almoço, o Coronel lhe entregou uma carta, na qual atribuía grande parte do êxito naquele setor, à atuação do seu Chefe de Polícia, o qual lhe dera tranquilidade para comandar. Essa carta, conforme declaração do agraciado, foi a chave da sua carreira política.

A vida pública não é feita por acaso. Vem das lutas, da persistência, do trabalho, sobretudo, da prudência. Ninguém está isento de sacrifícios e de riscos.

Quando Benedicto Valladares se engajou nas tropas do Coronel Barcelos, estaria assumindo uma posição corajosa, que conforme ficou consignado nos seus escritos, foi a porta aberta da sua trajetória, marcada por tantos e tão belos triunfos.

Não resta a menor dúvida, que sua argúcia, a serenidade, o equilíbrio e a coerência, foram qualidades que exornaram aquele notável homem público, evidenciando-se, por isso mesmo, como um dos mais altos expoentes da escola política das Minas Gerais.

Ele não se improvisou. Como aconteceu quase sempre, veio de baixo. Formado em Odontologia e Direito. Advogou. Foi vereador, Prefeito, comissionado no posto de capitão das forças legalistas, Chefe de Polícia na tropa, mais tarde, em 1933, Deputado Federal; um mês após, foi escolhido Interventor em Minas. Já se disse, por mais de uma vez, e não vem ao caso discutí-lo, pois esta afirmação ainda há pouco teve ampla divulgação, inclusive no Jornal do Brasil, em artigo do brilhante jornalista Tarcísio Hollanda, colhendo opiniões do Embaixador Negrão de Lima e do ex-Senador Vitorino Freire: Como ninguém, "Benedicto Valladares tinha tanta segurança em descobrir e se alinhar ao lado de quem estava o poder.

Mas a fidelidade era a sua tônica. E a confirmação está na visita que fizera ao Presidente Vargas, em 1933, após ser eleito à Constituinte.

"Então o meu amigo já está deputado?... sim, Presidente, fui eleito e venho fazer-lhe uma visita para dizer que o Senhor tem toda a Bancada mineira ao seu lado, mas, se não tivesse, contaria pelo menos com um deputado, que sou eu. Havendo falecido o Presidente Olegário Maciel, fiquei sem compromissos e o meu Chefe agora vai ser o Senhor".

Entretanto, nessa informação há uma simplicidade e uma franqueza, que merecem respeito.

Quem assistiu a esse diálogo? Ninguém, por certo. E Benedicto, com a maior pureza de sentimentos, tal como o autor das "Confissões", revela fato, que se quizesse poderia ficar em sigilo para sempre. Essa humildade provinciana é repetida no seu livro — "Na Esteira dos Tempos", quando diz: "Inclui vinte discursos neste volume. Alguns, não desejava ter tido nunca a oportunidade de pronunciar".

Apesar de discreto, era uma alma sem premissões.

O que foi o seu governo é do conhecimento geral. Muitos depõem em seu favor. Teve grandes auxiliares, tais como Alkimin, Israel Pinheiro, Luiz Martins Soares, Juscelino Kubitschek e outros que a história fixou.

Ainda Tarcísio nos traz a palavra do Embaixador Negrão de Lima: "Era um homem culto, que lia, cultivava e venerava Machado de Assis". Realizou obras apreciáveis". E prossegue o ex-governador da Guanabara: "Não fazia rodas de amizades. Dele se dizia, e é verdade, que em política não gostava de testemunhas. A conversa se fazia a dois, ele inclusive. Três pessoas, para ele, significava comício. Era bom de alma e coração. Teve adversários rancorosos, mas

não inimigos pessoais, pois sabia conviver. Não atacava ninguém. Não era desabrido. E, às vezes, um traço de leve malícia passava em suas conversas íntimas, a respeito de diferentes assuntos e pessoas".

Vitorino Freire, que desde 1946 até a última Legislatura representou, com eficiência e dignidade, o Maranhão neste Senado, nos dá um quadro sobre a firmeza do grande Morto, ao referir-se sobre participação de Benedicto Valladares em apoio ao Marechal Dutra. Indeciso a princípio, mas quando tomou posição foi decisivo, firme e inabalável. Vejamos:"

Durante o episódio da candidatura do Marechal Eurico Dutra à Presidência da República, houve um momento em que Valladares fraquejou, provavelmente sob pressão do então Ministro da Justiça, Sr. Agamenon Magalhães, que era o articulador principal do queremismo — afirma o Senador Vitorino Freire ao lembrar a figura do desaparecido Senador Benedito Valladares.

Relembrando o episódio, continua o veterano político pessedista:

Logo depois, procurado por alguns militares em seu apartamento da Rua Raul Pompéia, Valladares firmou-se e foi até o fim, sendo o responsável pelo lançamento da candidatura do General Dutra. Àquela altura, o General Alcino Scuto, comandante da Divisão Blindada, procurou-o pessoalmente, obtendo o compromisso formal de apoio ao General Dutra."

Na Câmara e no Senado Valladares atuou com destaque. Na Constituinte de 1946 integrou a Grande Comissão, fazendo parte de outros órgãos técnicos importantes, como a Comissão de Constituição e Justiça e Legislação Social.

No Senado pertenceu a várias Comissões, dentre as quais a Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Relações Exteriores, onde foi Presidente, Comissão de Serviço Público, Comissão do Vale do Rio Doce, Comissão de Reforma Constitucional e outras. Por três vezes foi à Assembléia das Nações Unidas, tendo ainda outras missões externas de relevo.

Eu não disse, porém, Sr. Presidente, nem uma palavra sobre o cultor das letras. Mas me permito invocar a opinião de Mário Matos, que prefaciou o seu interessante livro — Tempos Idos e Vivos — "Memórias: —

"Homem introspectivo, dotado de inclinação atávica para a vida pública, gostando mais de ouvir do que falar, possuindo a ciência de ler na palavra e na atitude dos semelhantes, Valladares se reserva sempre para a ação decisiva, depois de preparar silenciosamente o terreno para isto. É desconfiado mas não persevera na desconfiança, uma vez que procura conferi-la com a realidade. Dentro de tal conformação, é dotado de capacidade de ação sem o parecer. Os que o imaginam tímido enganam-se: — é criatura de coragem física e cívica indomável, na hora própria.

Quem não acredita nele, quer como político, quer como escritor, não há dúvida de que é observador superficial ou então apaixonado. A verdade é que, desde os tempos da mocidade, teve estas duas vocações: — a literatura e a política. E foi ele sozinho, pobre, a lutar com as maiores dificuldades, que abriu caminho na vida. Os homens que o ampararam é porque, já formado em direito, precisaram dele ou o compreenderam, como o presidente Olegário Maciel, o General Barcelos e Getúlio Vargas.”

Sr. Presidente, eis aí uma grande vida pública que Minas Gerais e o Brasil acabam de

perder. Veio desde inspetor de alunos do Colégio Alfredo Gomes, advogado, prefeito, chefe de polícia, deputado federal, interventor, governador e Senador da República.

Quarenta anos no cenário político do País. A vida desse eminente brasileiro resistiu durante longo tempo aos embates políticos, graças aos seus atributos.

O MDB aqui está para reverenciar a sua memória. Quero terminar invocando meu colega e líder Senador Nelson Carneiro quando prestava homenagem póstuma a Milton Campos. “Há os que entram na vida pública e vivem estando mortos.” Benedicto Vallañares é um desses homens. (Muito bem! Palmas.)

## PORTARIA

Nº 03, DE 1973

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 52, n.ºs 40 e 41, do Regimento Interno,

### RESOLVE

designar para o seu Gabinete, na função de Assessor Inocência Martires Coelho, e como Auxiliar de Gabinete, Laurita Fanaia de Barros.

Senado Federal, em 1º de março de 1973.  
Filinto Müller, Presidente.

# ATA DAS COMISSÕES

## COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 70, de 1972 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei nº 1.247, de 24 de novembro de 1972, que “autoriza o Tesouro Nacional a subscrever aumento de capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências”.

### ATA DA 2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 1973

Às onze horas do dia quinze de março de mil novecentos e setenta e três, no Auditório do Senado Federal, sob a presidência do Senhor Senador Cattete Pinheiro, presentes os Srs. Senadores Eurico Rezende, Tarso Dutra, Saldanha Derzi, Heitor Dias, Mattos Leão e Benjamin Farah, e os Srs. Deputados Rogério Rego, Carlos Alberto de Oliveira, Antônio Mariz, Italo Conti, Sinval Guazelli e Osmar Leitão, reúne-se a Comissão Mista para estudo e parecer sobre a Mensagem nº 70, de 1972 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei nº 1.247, de 24 de novembro de 1972, que “autoriza o Tesouro Nacional a subscrever aumento de capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências”.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior.

Inicialmente, o Sr. Presidente comunica a substituição dos Srs. Senador Fausto Castello-Branco e Deputado José Carlos Fonseca pelos Srs. Senador Heitor Dias e Deputado Italo Conti, respectivamente.

Por proposta do Sr. Senador Eurico Rezende, é dispensada a leitura do parecer do Relator, favorável à Mensagem, que conclui por apresentação de Projeto de Decreto Legislativo.

Em discussão, usam da palavra os Srs. Senadores Saldanha Derzi e Eurico Rezende e o Deputado Carlos Alberto de Oliveira, sendo, finalmente, aprovado o parecer, por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Daniel Reis de Souza, Assistente de Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Cattete Pinheiro  
Vice-Presidente: Deputado Joel Ferreira  
Relator: Deputado Carlos Alberto de Oliveira

### Senadores

1. Eurico Rezende
2. Virgílio Távora
3. Tarso Dutra
4. Geraldo Mesquita
5. Celso Ramos
6. Cattete Pinheiro
7. Saldanha Derzi
8. Fausto Castello-Branco
9. Mattos Leão
10. Milton Trindade

### ARENA

### Deputados

1. Lins e Silva
2. Rogério Rego
3. Faria Lima
4. Carlos Alberto
5. Antônio Mariz
6. José Carlos Fonseca
7. Sinval Guazelli
8. Osmar Leitão

### MDB

1. Benjamin Farah

1. Joel Ferreira
2. Fernando Gama
3. Amaury Müller

## CALENDÁRIO

Dia 4-12-72 — É lida a Mensagem, em Sessão Conjunta;  
Até Dia 19-3-73 — Apresentação do parecer, pela Comissão, de acordo com o art. 110, do Regimento Comum.

### PRAZO

Até dia 19-3-73, na Comissão Mista;  
Até dia 18-4-73, no Congresso Nacional.

Diretoria das comissões — Seção de comissões Mistas — 11º andar — Anexo do Senado Federal — Secretário: Daniel Reis de Souza — Telefone: 24—8105 — Ramais 310 e 303.

## DIRETRIZES E BASES PARA O ENSINO

(OBRA ELABORADA E REVISADA PELA DIRETORIA DE  
INFORMAÇÃO LEGISLATIVA)

Dois Volumes com 638 páginas

HISTÓRICO DA LEI Nº 5.692 DE 11 DE AGOSTO DE 1971

PREÇO DE VENDA DOS DOIS VOLUMES — CR\$ 30,00

# ANAIIS DO SENADO

Mês de fevereiro de 1965	— SESSÕES 1. <sup>a</sup> a 16. <sup>a</sup> — Preparatória
Mês de março de 1965	— SESSÕES 1. <sup>a</sup> a 20. <sup>a</sup> — Preparatória
Mês de abril de 1965	— SESSÕES 21. <sup>a</sup> a 38. <sup>a</sup> —
Mês de maio de 1965	— SESSÕES 39. <sup>a</sup> a 50. <sup>a</sup> — tomo I
Mês de maio de 1965	— SESSÕES 51. <sup>a</sup> a 62. <sup>a</sup> — Tomo II
Mês de julho de 1965	— SESSÕES 90. <sup>a</sup> a 106. <sup>a</sup> —
Mês de agosto de 1965	— SESSÕES 107. <sup>a</sup> a 117. <sup>a</sup> — tomo I
Mês de agosto de 1965	— SESSÕES 118. <sup>a</sup> a 130. <sup>a</sup> — tomo II
Mês de setembro de 1965	— SESSÕES 141. <sup>a</sup> a 142. <sup>a</sup> — tomo I
Mês de setembro de 1965	— SESSÕES 143. <sup>a</sup> a 145. <sup>a</sup> — tomo II
Mês de outubro de 1965	— SESSÕES 146. <sup>a</sup> a 155. <sup>a</sup> — tomo I
Mês de outubro de 1965	— SESSÕES 156. <sup>a</sup> a 166. <sup>a</sup> — tomo II
Mês de janeiro de 1968	— SESSÕES 1. <sup>a</sup> a 12. <sup>a</sup> (Convocação Extraord.)
Mês de fevereiro de 1968	— SESSÕES 13. <sup>a</sup> a 27. <sup>a</sup> (Convocação Extraord.)
Mês de fevereiro de 1968	— SESSÕES 28. <sup>a</sup> a 34. <sup>a</sup> (Convocação Extraord.)
Mês de março de 1968	— SESSÕES 1. <sup>a</sup> a 15. <sup>a</sup> (1. <sup>a</sup> e 2. <sup>a</sup> Sessões Preparatórias — Vol. I)
Mês de março de 1968	— SESSÕES 16. <sup>a</sup> a 32. <sup>a</sup> — tomo II
Mês de abril de 1968	— SESSÕES 33. <sup>a</sup> a 42. <sup>a</sup> — tomo I
Mês de abril de 1968	— SESSÕES 43. <sup>a</sup> a 62. <sup>a</sup> — tomo II
Mês de maio de 1968	— SESSÕES 63. <sup>a</sup> a 78. <sup>a</sup> — tomo I
Mês de maio de 1968	— SESSÕES 79. <sup>a</sup> a 100. <sup>a</sup> — tomo II
Mês de junho de 1968	— SESSÕES 101. <sup>a</sup> a 114. <sup>a</sup> — tomo I
Mês de junho de 1968	— SESSÕES 115. <sup>a</sup> a 132. <sup>a</sup> — tomo II
Mês de julho de 1968	— SESSÕES 1. <sup>a</sup> a 10. <sup>a</sup> (Convocação Extraord.)
Mês de julho de 1968	— SESSÕES 11. <sup>a</sup> a 24. <sup>a</sup> — tomo II
Mês de agosto de 1968	— SESSÕES 133. <sup>a</sup> a 150. <sup>a</sup> — tomo I
Mês de agosto de 1968	— SESSÕES 151. <sup>a</sup> a 171. <sup>a</sup> — tomo II
Mês de setembro de 1968	— SESSÕES 172. <sup>a</sup> a 188. <sup>a</sup> — tomo I
Mês de setembro de 1968	— SESSÕES 189. <sup>a</sup> a 209. <sup>a</sup> — tomo II
Mês de outubro de 1968	— SESSÕES 210. <sup>a</sup> a 231. <sup>a</sup> — tomo I
Mês de outubro de 1968	— SESSÕES 232. <sup>a</sup> a 262. <sup>a</sup> — tomo II
Mês de novembro de 1968	— SESSÕES 263. <sup>a</sup> a 275. <sup>a</sup> — tomo I
Mês de novembro de 1968	— SESSÕES 276. <sup>a</sup> a 298. <sup>a</sup> — tomo II
Mês de dezembro de 1968	— SESSÕES 1. <sup>a</sup> a 15. <sup>a</sup> — tomo I (Convocação Extraordinária)
Mês de outubro de 1969	— SESSÕES 1. <sup>a</sup> a 7. <sup>a</sup> — tomo I
Mês de novembro de 1969	— SESSÕES 8. <sup>a</sup> a 19. <sup>a</sup> — tomo I
Mês de novembro de 1969	— SESSÕES 20. <sup>a</sup> a 36. <sup>a</sup> — tomo II
Mês de abril de 1970	— SESSÕES 1. <sup>a</sup> a 12. <sup>a</sup> — tomo I
Mês de abril de 1970	— SESSÕES 13. <sup>a</sup> a 20. <sup>a</sup> — tomo II
Mês março/abril de 1971	— SESSÕES 1. <sup>a</sup> a 11. <sup>a</sup> — tomo I
Mês março/abril de 1971	— SESSÕES 12. <sup>a</sup> a 21. <sup>a</sup> — tomo II
Mês de maio de 1971	— SESSÕES 22. <sup>a</sup> a 32. <sup>a</sup> — tomo I
Mês de maio de 1971	— SESSÕES 33. <sup>a</sup> a 44. <sup>a</sup> — tomo II
Mês de julho de 1971	— SESSÕES 68. <sup>a</sup> a 81. <sup>a</sup> — tomo I
Mês de julho de 1971	— SESSÕES 82. <sup>a</sup> a 93. <sup>a</sup> — tomo II
Mês de agosto de 1971	— SESSÕES 94. <sup>a</sup> a 103. <sup>a</sup> — tomo I
Mês de agosto de 1971	— SESSÕES 104. <sup>a</sup> a 115. <sup>a</sup> — tomo II
Mês de setembro de 1971	— SESSÕES 116. <sup>a</sup> a 126. <sup>a</sup> — tomo I
Mês de setembro de 1971	— SESSÕES 127. <sup>a</sup> a 138. <sup>a</sup> — tomo II
Mês de outubro de 1971	— SESSÕES 139. <sup>a</sup> a 148. <sup>a</sup> — tomo I
Mês de outubro de 1971	— SESSÕES 149. <sup>a</sup> a 157. <sup>a</sup> — tomo II
Mês de abril de 1972	— SESSÕES 1. <sup>a</sup> a 12. <sup>a</sup> — tomo I

PREÇO DE CADA VOLUME: Cr\$ 10,00

# Constituição da República Federativa do Brasil

(Emenda Constitucional n.º 1, de 17-10-69)

## FORMATO DE BOLSO

PREÇOS:	{	EM BROCHURA .....	Cr\$ 2,00
		ENCADERNADA EM PLÁSTICO .....	Cr\$ 3,50
		ENCADERNADA EM PELICA .....	Cr\$ 7,00

# O CONGRESSO NACIONAL E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

## HISTÓRICO DA LEI COMPLEMENTAR N.º 7, DE 7-9-70

### COMISSÃO MISTA

- Designação de membros (DCN — 22-8-1970, pág. 464)
- Instalação — 1ª Reunião (DCN — S. II — 22-8-1970, pág. 3.486)
- Debates — 2ª Reunião (DCN — S. II — 12-9-1970, pág. 3.837)

### DISCURSOS

(Na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e em Sessão Conjunta do Congresso Nacional — vide índice de oradores)

### DISCUSSÃO DO PROJETO

(DCN — 4-9-1970, pág. 596)

### EMENDAS

- (DCN — 2-9-1970, pág. 477)
- Parecer do Relator às emendas (DCN — 3-9-1970, pág. 542)
- Debates na Comissão Mista; votação das emendas na Comissão Mista (DCN — S. II — 12-9-1970, pág. 3.837)
- Votação das emendas (DCN — 4-9-1970, pág. 613)

### LEITURA DO PROJETO

(DCN — 22-8-1970, pág. 464)

### MENSAGEM Nº 13/70

Do Poder Executivo, encaminhando o Projeto à consideração do Congresso Nacional (DCN — 22-8-1970, pág. 464)

### PARECER DA COMISSÃO MISTA

(DCN — 3-9-1970, pág. 530)

### PARECER DO RELATOR

(DCN — 3-9-1970, pág. 530)

### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

- Mensagem do Poder Executivo, solicitando que a matéria se transforme em Projeto de Lei Complementar — (DCN — S. II — 27-8-1970, pág. 3.560)

### SANÇÃO

- Lei Complementar nº 7/70 (D.O. — 8-9-1970, 1ª pág.)

### SUBSTITUTIVO DO RELATOR

- (DCN — 3-9-1970, pág. 558)
- Votação em Sessão Conjunta, aprovação (DCN — 4-9-1970, pág. 613)

### VOTAÇÃO DO PROJETO

(DCN — 4-9-1970, pág. 613)

### VOTOS DE DECLARAÇÕES DE

(DCN — 4-6-1970, pág. 617)

**Volume com 356 páginas — Preço: Cr\$ 10,00**

TRABALHO ELABORADO E REVISADO PELA DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA



**Centro Gráfico do Senado Federal**  
**Caixa Postal 1.503**  
**Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS**

**PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,20**